

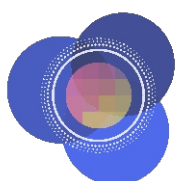


# **CADERNOS** *de* **REGIONALISMO ODR**

**Volume 1 | Número 1 | 2017**



# **CADERNOS** *de* **REGIONALISMO ODR**



GRUPO DE PESQUISA VINCULADO À REPRI  
**OBSERVATÓRIO**  
*de*  
REGIONALISMO

# REDE DE PESQUISA EM POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO

---

## Comissão Científica

Karina Lília Pasquariello Mariano

Regiane Nitsch Bressan

---

## **OBSERVATÓRIO DE REGIONALISMO**

### Coordenação

Karina Lília Pasquariello Mariano

CADERNOS DE REGIONALISMO ODR: DOSSIÊ - 2017

### Corpo Editorial

Angelo Lira

Cairo Junqueira

Clarissa Ribeiro

Guilherme Ferreira

Lucas Bispo

### Revisão

Cairo Junqueira, Clarissa Ribeiro,  
Guilherme Ferreira

### Diagramação e Projeto Gráfico

Angelo Lira  
Beatriz W. de M. Naddi

### Pesquisadores

Ana Elisa Thomazella Gazzola, André Leite Araujo,  
Angelo Lira, Bárbara Carvalho Neves, Cairo  
Junqueira, Clarissa Ribeiro, Flavia Loss, Guilherme  
Ferreira, Julia Borba, Lucas Bispo dos Santos,  
Maria Luísa Telarolli, Milagro Mengana, Roberto  
Teles

ISSN: 2675-6390

Observatório de Regionalismo - Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas

Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé - São Paulo - SP - CEP: 01001-900

Telefone: (11) 3116-1770 / (11) 3116-1780

Site: <http://observatorio.repri.org/>

E-mail: [observatorioderegionalismo@gmail.com](mailto:observatorioderegionalismo@gmail.com)

CADERNOS DE REGIONALISMO ODR  
DOSSIÊ - 2017

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                          |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução - Lucas Eduardo Silveira de Souza                                                                                                             | 5  |
| 1. Instituições regionais americanas e a governança política do continente - Bárbara Carvalho Neves e Guilherme Guimarães Ferreira                       | 8  |
| 2. Estados Unidos, o regionalismo e o México: Perspectivas do Governo Donald Trump - Milagro Mengana Castañeda e Roberto Teles Lima Barros               | 15 |
| 3. A Aliança do Pacífico: Fim de uma promessa? - Júlia Borba                                                                                             | 22 |
| 4. O giro à direita e o Mercosul em 2017: Revisionismo institucional, retórica comercial e tensões internas - Ana Elisa Tomazella Gazzolla e Angelo Lira | 28 |
| 5. Venezuela: Um processo de saída do regionalismo? - André Leite Araújo                                                                                 | 35 |
| 6. As negociações Mercosul-União Europeia: Entre discursos e intenções - Lucas Bispo dos Santos                                                          | 41 |
| 7. Europa, Europas: Para onde vai a União Europeia? - Cairo Junqueira                                                                                    | 51 |
| 8. Um desafio para integração regional: O caso do BREXIT - Flávia Loss de Araújo e Maria Luísa Telarolli de Almeida Leite                                | 58 |
| 9. ASEAN, balanço e vislumbre: Perspectivas douradas para um jubileu de ouro? - Clarissa Correa Neto Ribeiro                                             | 64 |
| 10. "I am coming back home": Mudanças na política externa marroquina para o regionalismo na África - Clarissa Correa Neto Ribeiro                        | 70 |

## INTRODUÇÃO

*Lucas Eduardo Silveira de Souza*

O ano de 2017 testemunhou um panorama de desafios e incertezas para o regionalismo. Apesar da diversidade de perspectivas que a temática enseja, essa é uma assertiva que figura entre os diagnósticos de especialistas e estudiosos. Na América do Sul, inflexões governamentais recentes em países como Argentina, Brasil, Paraguai e Peru reforçaram o ambiente desfavorável ao regionalismo pós-hegemônico. Soma-se a isto a escalada das crises política, econômica e social na Venezuela, que têm relegado o presidente Nicolás Maduro ao maior isolacionismo regional desde a sua posse, em 2013.

Na Europa, o que até então fora considerado o suprasumo das experiências de integração regional, a União Europeia, está envolta nos flagelos causados pelo processo de saída do Reino Unido do organismo, processo este conhecido por Brexit. Além disso, as fraturas do multilateralismo, insufladas pelo redirecionamento da política externa do presidente Donald Trump e o despontamento da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, contribuem decisivamente para maior instabilidade do sistema internacional.

A combinação desses e de outros fatores, somada às dinâmicas específicas de cada âmbito nacional, resultaram em uma percepção de crise generalizada dos projetos regionais. Em sinal de afinação com esses debates, o primeiro volume do "Cadernos de Regionalismo", organizado pelo Observatório de Regionalismo (ODR), oferece ao público uma coletânea de artigos inéditos produzida por pós-graduandos. A partir de uma proposta relevante e permeada de discussões de exímia qualidade, a publicação congrega ao todo dez artigos que versam sobre a conjuntura do regionalismo no ano de

2017 sob os mais diferentes enfoques: político, econômico e social.

Em quase dois anos de sua existência, o ODR tem se destacado enquanto corpo de jovens pesquisadores que vem construindo uma identidade própria no universo de estudos sobre regionalismo e política externa. Por esse motivo, o debate do "Cadernos de Regionalismo" não só expressa o amadurecimento desse coletivo de mestrands e doutorandos como também demarca um evento de grande importância rumo à profusão e reafirmação de suas produções coletivas no meio especializado. Tal relevância se manifesta na riqueza de discussões e na heterogeneidade de ferramentas teórico-metodológicas que foram empregadas por esses textos, bem como no mérito da amplitude das áreas estudadas: América Latina, América do Norte, Europa, África e Ásia.

Assim sendo, os artigos deste primeiro volume constituem uma seleção de textos diversos que transitam entre agendas de pesquisa variadas, mas que possuem como elo comum a análise sistemática do regionalismo.

O ponto de partida é dado por Bárbara Neves e Guilherme Ferreira, que desbravam a formação do sistema de governança regional americano, que se inicia com a constituição da Organização dos Estados Americanos (OEA) e desemboca no século XXI sob a égide de uma arquitetura regional multifacetada por organismos de teor pós-hegemônico como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Os impactos externos do primeiro ano de governo do presidente Donald Trump, sobretudo em relação ao redirecionamento da política econômica internacional, com efeitos para a permanência no Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (TTP, no acrônimo em inglês), são o objetivo da análise proposta por Milagro Castañeda e Roberto Barros, que focaliza também o papel do México no tabuleiro geopolítico. Em seguida, o texto de Julia Borba confere atenção à Aliança do Pacífico em seu sentido de reafirmação das potencialidades de negócio entre Ásia e Pacífico.

Ainda na América do Sul, mas com olhos voltados para o recrudescimento da direita nos governos presidenciais de países como Argentina, Brasil e Paraguai, os autores Ana Elisa Gazzolla e Angelo Lira oferecem uma reflexão acerca da conjuntura de instabilidades geradas por essa grande tendência. Nesse sentido, a discussão de André



Araujo acerca do aprofundamento das incoerências internas da Venezuela, simbolizadas pela deterioração da governança democrática e dos diversos âmbitos da vida social, estabelece um diálogo importante com o assunto anterior. Lucas dos Santos encerra a seção dedicada à América Latina propondo um cotejamento entre discursos e práticas que estão envoltos no já longínquo processo de construção do acordo Mercosul-União Europeia.

Por seu turno, Cairo Junqueira retoma a discussão sobre a Europa jogando luz sobre as ambivalências da União Europeia e dos nacionalismos a partir do Brexit. Essas e outras questões sobre tal assunto passam a ser tratadas por Flavia Araujo e Maria Leite, as quais, além de retomarem a cronologia dos fatos, destacam ainda os desafios da integração regional e discutem o papel do euroceticismo.

Os dois últimos textos desse volume, de autoria de Clarissa Ribeiro, se encarregam de abordar Ásia e África, respectivamente. Em primeiro lugar, a autora faz um balanço dos 50 anos de existência da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Em seguida, Ribeiro avalia os processos regionalistas no continente africano, sob a perspectiva da União Africana, ao passo que evidencia o marco de reingresso do Marrocos ao organismo.

Por fim, trata-se de um balanço evidentemente centrado nos principais aspectos que perfazem a conjuntura do regionalismo no ano de 2017. A força de suas análises reside justamente na capacidade de aliar o rigor técnico a uma linguagem fluida e simples, sem se deixar cair no simplório e monocromático. Assim, o Observatório de Regionalismo (ODR) acredita estar contribuindo para a profusão e democratização do conhecimento.

**Lucas Eduardo Silveira de Souza**

Bacharel em Relações Internacionais (Unesp) e mestrando em Relações Internacionais (UnB).  
Área de interesse: América do Sul, regionalismo sul-americano, Unasul, integração regional e política externa brasileira.



## INSTITUIÇÕES REGIONAIS AMERICANAS E A GOVERNANÇA POLÍTICA DO CONTINENTE

*Bárbara Carvalho Neves  
Guilherme Guimarães Ferreira*

Há muito se estabeleceu o consenso de que o Sistema Internacional é composto por unidades políticas - denominadas Estados - que, necessariamente, coexistem e se relacionam. Mesmo aqueles que julgam a ideia de uma sociedade internacional exagerada, desproporcional e/ou descabida, não negam a existência de um ambiente de convivência entre os Estados. A despeito das divergências sobre a natureza e as características dessas relações, prevalece o diagnóstico que aponta constante a busca por arranjos que regulem, de alguma forma, o convívio entre eles - com exceção, talvez, para os períodos de conflitos armados em escala mundial.

O continente americano não foge à regra. Contudo, quais são as principais instituições americanas que se propuseram à governança das relações políticas no continente? Quais níveis de importância e de efetividade elas detêm? Quais são as suas perspectivas diante das incertezas que marcam a política mundial nos finais desta segunda década do século? São essas algumas das questões que este texto pretende abordar, sem a pretensão de oferecer respostas, mas desejoso por contribuir com o debate sobre o futuro da governança política na América.

Os primeiros esforços para a criação de instituições e mecanismos de diálogo político no continente Americano datam de 1889, com a realização da Primeira Conferência Internacional Americana, em Washington, D.C.. O contexto internacional e as diferentes conjunturas domésticas, contudo, inviabilizaram uma convergência de interesses e vontades que permitisse o seu pleno desenvolvimento.

No imediato pós-segunda guerra, enquanto parte da estratégia estadunidense para a

Guerra Fria, as iniciativas de concertação política do continente foram retomadas. Foi nesse contexto que os EUA forjaram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948.

A OEA, fundada sob os pilares da democracia, dos direitos humanos, da segurança e do desenvolvimento, tinha como cerne o projeto pan-americanista e, como objetivo não-declarado, a construção e consolidação de uma zona de influência dos EUA durante a Guerra Fria - a suspensão de Cuba pós-revolução, em 1962, ilustra tal fato.

De toda forma, é preciso reconhecer que a organização obteve relativo sucesso na gestão de disputas e crises na região, evitando, por diversas vezes, a escalada de agressões que pudessem levar a um conflito armado - atuando, por exemplo, de forma eficaz nos processos de democratização na Nicarágua, em El Salvador, na Guatemala, dentre outros.

Ainda que a OEA seja, de fato, a primeira instituição regional que logrou ser um mecanismo de concertação política reconhecido e legitimado pelos países do continente americano, a supremacia adquirida pelos EUA e a não reciprocidade deste com os demais membros da organização - demonstrada, por exemplo, no apoio à Londres quando da chegada das tropas argentinas às Malvinas, em 1982 -, somada às mudanças na conjuntura político-econômica mundial e nas preferências de política externa dos EUA, resultou em uma crescente perda de relevância da organização. Não obstante, cabe ressaltar que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ambos vinculados à OEA, fogem à regra, tendo conquistado e mantido protagonismo e relevância nas ações regionais vinculadas ao tema.

Os anos 1990 aprofundaram a perda de importância dos mecanismos regionais americanos dedicados à dimensão política. Abatidos pelo neoliberalismo, em suas mais variadas formas, os governos do continente remodelaram sua atuação internacional e as novas organizações regionais propostas limitaram-se, basicamente, à promoção da liberalização comercial por meio da criação de áreas de livre-comércio e uniões aduaneiras. É nessa conjuntura que iniciativas como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Tratado Norte-americano de Livre Comércio (NAFTA) tomaram forma.

Em meados dos anos 2000, passadas as crises econômicas e financeiras enfrentadas pelos países da América do Sul, um novo cenário político emergiu. Conhecido como “virada à esquerda” (FIORI, 2006) ou “onda rosa” (PEREIRA DA SILVA, 2014), a

configuração política estabelecida no início do século XXI<sup>1</sup> esteve marcada por uma convergência política entre os diferentes presidentes eleitos na região, em sua predisposição de ações conjuntas, maior diálogo e convergência de perspectivas de ação política. Foi nesse momento em que as alternativas aos mecanismos estadunidenses tiveram espaço para se desenvolver, no marco do regionalismo pós-hegemônico (REGGIROZZI; TUSSIE, 2012), também denominado pós-liberal (VEIGA; RÍOS, 2007).

Como referência inicial, foi no ano de 2000 que ocorreu a Primeira Reunião de Chefes de Estados da América do Sul, em Brasília – Brasil, dando início a uma série de reuniões que proporcionaram a criação de diferentes iniciativas e mecanismos regionais: Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), posteriormente União Sul-americana de Nações (UNASUL); Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP); Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC); dentre outras iniciativas de reforma nos mecanismos e instituições já existentes.

O esboço da CASA deu-se durante a III Reunião de Chefes de Estados da América do Sul na cidade de Cuzco – Peru, em Dezembro de 2004. Posteriormente, na Primeira Reunião Energética da América do Sul, realizada na Venezuela, em 2007, a denominação CASA foi modificada para UNASUL, cujo tratado de criação foi firmado em 2008. Como instituição proposta para balancear a ação dos Estados Unidos no continente, em forte consonância com a estratégia de política externa do governo brasileiro, a UNASUL surgiu declarando a necessidade de desenvolver sustentavelmente a região sul-americana, promovendo o bem estar dos povos e a luta conjunta contra a pobreza, exclusão, desigualdade social e assimetrias existentes no âmbito nacional e regional (MARIANO, RAMANZINI E ALMEIDA, 2014).

Como diferencial das outras organizações existentes no continente, uma das diretrizes centrais da UNASUL é o incentivo à construção de uma “identidade sul-americana”, reforçada pela política externa brasileira (SARAIVA, 2010; MARIANO, 2012). A

---

<sup>1</sup> Refere-se aqui à eleição de Leonel Fernández, na República Dominicana, em 1996; de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998; de Ricardo Lagos, no Chile, em 2000; de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2002; de Néstor Kirchner, na Argentina, em 2003; de Tabaré Vázquez, no Uruguai, em 2004; de Evo Morales, na Bolívia, em 2005; de Rafael Correa, no Equador, e de Manuel Zelaya, em Honduras, em 2006; de Fernando Lugo, no Paraguai, e de Álvaro Colom, na Guatemala, em 2008; e de Mauricio Funes, em El Salvador, em 2009.

UNASUL consolidou diferentes mecanismos que legitimaram e deram coesão, em parte, às ações dos países sul-americanos como região, como a constituição do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) dentro de sua estrutura, que assumiu o protagonismo, antes exercido pelos Estados Unidos, como mediador nas crises recentes da Bolívia, em 2008; do Equador, em 2010; e do Paraguai, em 2012.

De forma similar à UNASUL, com o objetivo de ser uma alternativa às iniciativas promovidas pelos EUA na região, foi criada a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), por proposta do governo venezuelano, em 2004. A proposta da ALBA recupera as ideias do passado de libertação da América - presentes na Carta da Jamaica de Simón Bolívar (1815) e o documento “Nuestra América” de José Martí (1891), evocados por Hugo Chávez na ocasião da Terceira Cúpula de Chefes de Estado da Associação dos Estados Caribenhos, na Ilhas Margarita, Venezuela, em 2001.

A ALBA surgiu como uma instituição de cooperação e concertação política formada, inicialmente, entre Venezuela e Cuba, cuja proposta visava criar um modelo de desenvolvimento independente, baseado na complementaridade regional para a promoção de avanços e fortalecimento na cooperação regional, prezando pelo mútuo respeito e solidariedade. Posteriormente, incorporou a Bolívia em 2006; Nicarágua em 2007; Dominica e Honduras, em 2008 (país retirado do bloco em 2010, após a deposição do presidente); Saint Vincent, Grenadines, Equador e Antígua e Barbuda em 2009. A partir de 2006, passou a contar com um tratado de comércio - o Tratado de Comércio dos Povos - alterando sua denominação para ALBA-TCP.

Desde seu início, a ALBA enfrenta um embate geopolítico de ideias no continente, entre o marxismo, na formato “socialismo do século XXI”, e a democracia liberal. No entanto, os objetivos visados por seus criadores ainda podem ser considerados embrionários no que se refere à sua execução, já que o mecanismo depende, assim como muitos outros, da estabilidade regional marcada pelo consenso político e econômico interno dos países, a qual nunca fora constante (DE LA ROSA, 2015).

A Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), foi criada em 2010, durante a Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, realizada em Quintana Roo, México. Diferentemente dos mecanismos citados anteriormente, a CELAC é a única iniciativa a incorporar os 33 Estados latino-americanos e caribenhos, incluindo Cuba.

Como instrumento de diálogo político intergovernamental, a CELAC foi concebida para atuar de forma a complementar a arquitetura regional. Portanto, funciona como representante dos interesses convergentes dos países latinos e caribenhos, e não como mais uma instituição autônoma. Assim, configura-se como uma instituição não competitiva com os mecanismos já existentes no continente, mas sim, como uma instância de concertação política, com o intuito de reduzir a duplicação dos esforços bilaterais e multilaterais, ao centralizar os países em uma mesma instituição.

Em todas as instituições regionais aqui mencionadas, à parte da OEA, pode-se verificar a existência da intenção de se colocar como alternativa às iniciativas lideradas pelos países desenvolvidos, sobretudo os EUA, apoiando-se na união dos países latino-americanos para ganhar espaço no Sistema Internacional e impulsionar, de alguma maneira, a inserção internacional de cada um dos seus membros, bem como a projeção internacional da região como um todo. No que se refere a tais esforços, a CELAC tem apresentado resultados positivos ao promover múltiplos foros de diálogo entre seus membros e terceiros, como União Europeia, China, Rússia, Coreia do Sul, Estados Árabes do Golfo, Turquia, Japão, dentre outros.

Tendo em vista o apresentado, qual a análise e as perspectivas futuras para as instituições citadas e para a governança política na América?

A estratégia de constituir alternativas regionais para ponderar a atuação estadunidense no continente americano através da formação de novas instituições pode ser considerada um êxito da concertação política latino-americana na primeira década do século XXI. Entretanto, apesar dos logros de cada iniciativa, o aprofundamento dos ganhos regionais e nacionais ainda é limitado, não somente pelo histórico de instabilidade política e econômica que paira sobre o continente, mas também pela falta de interesse dos países em aprofundar a institucionalidade e a autonomia dos mecanismos regionais, o que resulta em instituições cuja atuação, robustez e efetividade estão intimamente atreladas aos interesses individuais de seus Estados-membros, estando altamente suscetíveis às mudanças governamentais em cada país.

Assim, da mesma forma que no início dos anos 2000, as mudanças ocorridas no contexto político-econômico do continente americano na década de 2010 impactaram de maneira decisiva nas instituições regionais. Por um lado, a composição dos governos que possibilitou a criação da CASA, da UNASUL, da ALBA-TCP e da CELAC fragilizou-se,

sobretudo devido ao dramático impacto da diminuição dos preços das commodities - elemento que anteriormente havia sido responsável pelo relativo período de crescimento econômico e estabilidade política da região -, levando os partidos então eleitos a deixarem o governo (caso, dentre outros, da Argentina e do Brasil) ou a profundas crises políticas (caso extremo da Venezuela). Soma-se a isso a eleição de Donald Trump para o governo dos EUA, em 2016, cuja política externa para a região é uma incógnita ainda a ser decifrada.

Diante disso, o cenário que se apresenta é de retração das instituições americanas, tanto pela incapacidade dos governos latino-americanos em manter quaisquer propostas de cooperação e/ou concertação no âmbito político, quanto pelo aparente abandono do multilateralismo enquanto paradigma e estratégia de política externa, em especial por parte da administração Trump. Portanto, o futuro da governança política no continente americano aponta para um horizonte de incertezas, que demandará dos governos da região altos graus de inventividade, de modo a não permitir que o isolacionismo e o caos se instaurem no continente.

**Bárbara Carvalho Neves**

Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Pesquisadora do Laboratório de Novas Tecnologias de Pesquisa em Relações Internacionais (LANTRI), da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e do Observatório de Regionalismo (ODR). E-mail: barbara.brazolin@gmail.com.

**Guilherme Augusto Guimarães Ferreira**

Doutorando e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). É pesquisador do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPS - UNESP), da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e do Observatório de Regionalismo (ODR). E-mail: guilhermegferreira@outlook.com

## REFERÊNCIAS

DE LA ROSA, F. La Alianza Bolivariana para las Américas - Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP): análisis de un proyecto de integración regional latinoamericana con una fuerte dimensión altermundista. 2011. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Centro de Estudios Políticos. Estudios Políticos núm. 25 (enero-abril, 2012): 131-170. México, D.F. ISSN: 0185-1616.

FIORI, J. L. A virada à esquerda na América do Sul. Valor Econômico, São Paulo, 09 jan. 2006. Disponível em:  
<<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/a-virada-a-esquerda-na-america-do-sul>>. Acesso em: 13 out. 2017.

MARIANO, Marcelo. Estrutura Socioeconômica e Políticas para a Integração da América do Sul. Integração da Infraestrutura Sul-Americana. IPEA, São Paulo, p.4, 2012.  
MARIANO, M. P., RAMANZINI Jr. H. e ALMEIDA, R. A. R. O Brasil e a Integração na América do Sul: Uma análise dos últimos dez anos (2003-2013). Revista Relações Internacionais, 2014.

PEREIRA DA SILVA, F. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas. Observador on-line, v. 9, p. 1, 2014.

RIGGIROZZI, P; TUSSIE, D. The rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America. Springer, 2012.

SARAIVA, M. G. Integração regional na América do Sul: processos em aberto. Análise de Conjuntura OPSA, n.7, 2010.

VEIGA, P; RÍOS, S. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. CEPAL – Série Comércio Internacional, n.82, Santiago do Chile, 2007.



## ESTADOS UNIDOS, O REGIONALISMO E O MÉXICO: PERSPECTIVAS DO GOVERNO DONALD TRUMP

*Milagro Mengana Castañeda  
Roberto Teles Lima Barros*

A premissa do presidente estadunidense Donald Trump, o “America great again”, encerra uma lógica contraditória ao desenho do sistema internacional erguido pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra. Um pretensão protecionismo em matéria comercial- apesar desta retórica responder ao contexto doméstico do país- tende ao aprofundamento do retraimento ocidental e ao fortalecimento de outros atores com capacidade de projeção em vários âmbitos regionais, em especial a China; ao mesmo tempo em que as decisões já tomadas por este mandatário em 2017 geraram uma parcial reorientação dos processos de regionalismo em diversas latitudes geográficas.

O Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (TTP em sua sigla em inglês) foi assinado por 12 países em fevereiro de 2016, sendo estes signatários representantes de um terço do fluxo de comércio mundial e deterem 40% do produto interno bruto (PIB) global. A gênese desse acordo parte ante a paralisada Rodada Doha no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) há 7 anos, tendo o mesmo sido promovido pelo ex-presidente Barack Obama e movido por suas perspectivas de melhores oportunidades para as empresas estadunidenses ao mercado do Eixo do Pacífico e impulsionar novas regras para o regime comercial e de investimentos, buscando novos parâmetros de padronização de temáticas acerca de questões ambientais, trabalhistas, propriedade intelectual, etc.

Entretanto, no 23 de janeiro de 2017- em seu primeiro dia de trabalho e como cumprimento das promessas de sua campanha- o presidente Trump assinou o decreto executivo que retirou os Estados Unidos do TPP e da estratégia de seu predecessor de incrementar a presença do país na Ásia e exercer um contrapeso à crescente influência chinesa naquela região. Este ato marca o tom protecionista que o atual presidente estadunidense tem dado em suas

negociações comerciais ao redor do globo, cujos reflexos esbarram para todas as direções.

Portanto, perante essas fracas perspectivas de incremento nas relações comerciais com os Estados Unidos, os membros da Aliança do Pacífico (bloco comercial fundado por Chile, México, Peru e Colômbia) buscam vigorizar o papel do grupo dentro do comércio intrarregional, concomitantemente com o reforço chinês na manutenção do aprofundamento de suas relações com a América Latina. A China, ao perceber a ausência pronunciada dos Estados Unidos no TPP, aproximou-se de seus parceiros latino-americanos e asiáticos, sendo neste caso promotora da Associação Econômica Integral Regional (RCEP na sigla em inglês), uma resposta ao naufrágio do TPP. Não obstante, os impasses políticos e rearticulação de coalizões na América do Sul tornou possível uma maior aproximação entre o Mercosul e a Aliança, criando a possibilidade do diálogo entre os blocos e possibilidade de uma área de livre-comércio inter-bloco.

Como as asas e o alcance do poder dos Estados Unidos, a política de Trump perante o regionalismo também afetou suas relações com a Europa. Negociado simultaneamente ao TPP, o Tratado Transatlântico de Comércio e Investimentos (TTIP em sua sigla em inglês) entre os EUA e a União Europeia (UE) tem passado por meses de incertezas após a ascensão do mandatário à Casa Branca. Apesar das recorrentes ameaças de Trump para rever as negociações e de sua postura mais rígida em relação ao livre-comércio e aos acordos multilaterais, a comissária de comércio da UE, Cecilia Malmström, e o secretário de comércio dos EUA, Wilbur Ross, reabriram a conversa sobre um possível relançamento do TTIP. Para o bloco europeu, o acordo transatlântico significa uma possibilidade de manutenção de seu status dentro das rotas comerciais globais, uma vez em que o grupo sofre com o fenômeno do Brexit e ainda excluído do avanço chinês com o RCEP na Ásia.

E a questão europeia com Trump não se remete apenas na área comercial, mas também no espectro de Segurança que une o Atlântico Norte. Desde a Guerra Fria, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN na sigla em português) significa o grande guarda-chuva de proteção europeu e do ocidente perante as suas ameaças e manutenção de uma força conjunta de ação e reforço de interesses. A retórica de Trump ameaça a existência e manutenção da coalizão militar mais vindoura do mundo, acusando de que os EUA bancam quase que por totalidade a Segurança europeia e que, agora, eles terão de dividir a conta. Em resposta, a chanceler alemã, Angela Merkel, uma das proeminentes líderes do bloco europeu, deu como resposta que já é mais do que tempo da Europa ter sua própria força, com ou sem os EUA,

reforçando um crescente cisma de interesses entre as partes.

Ainda assim, os principais prejudicados perante a política de Trump para o (anti)regionalismo tem sido seus parceiros hemisféricos do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (TLCAN). O principal acordo comercial do mundo em volume de comércio intra-bloco é formado pelos EUA, Canadá e México e tem sido um dos principais alvos do governo Trump desde a sua pré-candidatura. Os fatores que envolvem essa particular animosidade do presidente pelo acordo advêm de sua retórica nacionalista e ao protecionismo aqui já proferido. Portanto, não é de se estranhar o presidente culpar o TLCAN pelo desemprego no setor industrial estadunidense, da perda da competitividade do país em relação a seus vizinhos e que os mesmos gozam do maior mercado consumidor do mundo sem pagar corretamente por isso. Em especial, o México é o mais citado como beneficiário do TLCAN pelo presidente, ao ponto de que as citações ao TLCAN quase se mantêm como sinônimo aos país latino e que, individualmente, é acusado de exportar mão-de-obra ilegal, de ser o culpado pelo tráfico de entorpecentes e humano na fronteira, entre outros, até ao ponto da necessidade de afirmar que se há de construir um muro por toda a fronteira e que o México irá pagar de alguma maneira por esse fardo.

Diferentemente da retórica do presidente para sua audiência interna, a realidade mexicana pós-TLCAN não é necessariamente tão vantajosa e tampouco condiz com tendência da economia política internacional. Sobre o primeiro, o México pós-TLCAN é, paradoxalmente, o país cujas exportações tem maior importância no PIB e que, estruturalmente, é deficitário em sua balança de pagamentos. Dentro de outro paradoxo que se instaura na realidade mexicana, é um dos países latino-americanos com maior número de acordos de livre-comércio, mas que mais de 84% das exportações são direcionadas para o TLCAN, sendo 81% apenas para os EUA<sup>1</sup>. Além do mais, os setores mais dinâmicos e representativos das vendas mexicanas são os que são menos intensivos em mão-de-obra- semi e manufaturados-, o que não necessariamente geraria uma grande reversão de empregos com a mudança das plantas para os Estados Unidos.

Daí se correlaciona à falta de coerência no discurso do presidente americano ao enaltecer o esforço para repatriar as empresas para o solo de seu país. O setor industrial que melhor lucra e dinamiza suas relações comerciais são os opostos aos de intensa mão-de-obra, tendendo cada vez mais, com o avançar tecnológico das inteligências artificiais, não necessitar de grandes

---

1 Dados referentes a 2016.

contingentes de mão-de-obra humana. Como apontou o economista Robert Lawrence em um seminário da Confederação Nacional da Indústria em São Paulo, a curva de desemprego no setor industrial é um fato global, principalmente dentro dos países mais industrializados, e que, em algum tempo, é que atinjam fortemente aqueles países que funcionam como “mão-de-obra terceirizada”.

E o México, dentro desse debate, encontra-se em um forte enclave político-econômico. Se nos anos 2000 o país manteve uma política externa “equilibrada” (GONZÁLEZ, 2007) em relação à América Latina, utilizando-a como contrapeso à sua relação com os Estados Unidos, hoje o país necessita reordenar suas estratégias para manter seu status dentro do cenário internacional. A subida de Trump ao poder ceifou as duas grandes oportunidades descritas pelo Plano de Desenvolvimento Nacional atual governo mexicano. O Plano baseava-se no reforço das relações com o eixo do pacífico (em especial o TPP) e o aprofundamento do TLCAN para a volta da competitividade do México dentro das cadeias de produção global. Para essa estratégia, abriu-se ainda mais a economia- lançando mão do monopólio petrolífero do Estado- buscou-se consolidar a Aliança do Pacífico e apoiar o TPP, relegando aos outros blocos da América Latina e política hemisférica um papel secundário. A consequência dada pelo destino foi a interrupção dessa estratégia com a eleição de Trump e a buscar por tentar, ao menos, manter o TLCAN sem grandes alterações e prejuízos.

As opções de diversificar e variar as opções de comércio do México pelos seus governantes já foram cogitadas e trabalhadas. Como já afirmamos anteriormente, o país detém mais de 40 acordos de livre-comércio com outros Estados e blocos. A dependência quase que exclusiva para os Estados Unidos advém de dois grandes fatores: a inequívoca proximidade geográfica com o maior mercado do mundo e a relação de suas elites econômicas que geraram esse aprofundamento. O modelo de maquilas e de inserção no mercado global pós-TLCAN transformou o México em um grande produtor industrial de empresas estrangeiras, com fortes vínculos econômicos e financeiros com o mercado estadunidense, o que dificulta a diversificação, quando seus agentes econômicos o direcionam especificamente para outros lados (BENACHENHOU, 2013). Essa discrepância entre acordos estatais e ação das elites poderia vir a mudar nesse período em que, com uma retração do TLCAN, as oportunidades ao Sul do hemisfério aparecem, nesse caso o surgimento de governos mais abertos à proposta de regionalismo liberal na Argentina e no Brasil. Assim, uma junção comercial entre Aliança do Pacífico e Mercosul poderia vir a calhar no caso de uma necessária diversificação, mesmo que sua efetividade dependa de outras vontades para além da capacidade do governo de um Estado sem

grandes recursos.

O curioso fato que se forma com as atitudes de Donald Trump perante o regionalismo é a crítica ao modelo liberal anteriormente propagado pelos EUA terem como principal crítico e iconoclasta o atual presidente deste Estado. Com o advento do Brexit e de Trump, a ordem do regionalismo como modelo de inclusão de mercados e de como uma estratégia para uma melhor inserção no mercado global vem a ser erodida justamente por seus anteriores promotores e baluartes, retomando o teor nacionalista de tempos vindouros. Já para os que se aprofundaram no processo e pouco tem a fazer ao remar contra a maré, pouco lhes resta a fazer. Ao México, perante a encruzilhada que se encontra o TLCAN resta contrabalancear com o Canadá, os EUA e buscar por alternativas, tendo em vista que já havia apostado suas fichas na vinculação econômica com os EUA há muito tempo, até hoje esperando maiores compensações. Dentro desse cenário a aproximação chinesa poderia surgir como alternativa, ao mesmo tempo que não seja visível. A ironia presente é que, durante o período Obama, analistas como Shannon K. O'neil (2013) apontavam o México como o grande aliado dos EUA contra a China na disputa do mercado global e, hoje, ele é visto pelo presidente como um “vilão”. Em tempos de grandes reviravoltas, o regionalismo latino-americano tem a oportunidade de se aprofundar ou expandir, entre suas zonas Norte e Sul como respostas ao isolacionismo estadunidense ou apenas esperar os revezes e ironias que compõem o destino.

#### **Milagro Mengana**

Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. Mestre em Relações Internacionais pelo ISRI (Cuba) e Mestre em Direito Penal pela UO (Cuba). Atuou por sete anos como professora, coordenadora e pesquisadora no curso de Licenciatura em Direito da ULT, Cuba. Atua e tem interesse nas seguintes áreas: Integração Regional e relações bilaterais de Cuba com os países latino-americanos. E-mail: milagro8412@gmail.com

#### **Roberto Teles**

Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. Membro do COPEDE e da equipe do Observatório Paraguaio de Defesa e Forças Armadas, vinculado ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES São Paulo) e participantes da rede sul-americana de Observatórios de Política Externa e Defesa. Foi bolsista do Programa Especial de Incentivo à Iniciação Científica (PIIC 2011-2012). Pesquisa temas vinculados a Política Externa Brasileira e Mexicana; Política Externa Latino-Americana; Integração Regional e Política. E-mail: robertotlb@hotmail.com

## REFERÊNCIAS

BBC. Donald Trump retira a Estados Unidos del TPP, el Acuerdo Transpacífico de Cooperación Económica. 23 de enero de 2017. Consultado en: <[www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-38723381](http://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-38723381)>. Acceso en: 11 feb. 2017

BENACHENHOU, A. México: longe de Deus e perto dos Estados Unidos. In: BENACHENHOU, A. Países Emergentes. Brasília: FUNAG, 2013, p. 171-184.

COPADES. Los primeros 100 días del presidente Donald Trump en la Casa Blanca. [abr. 2017]. Disponible en: <<http://www.copades-nic.com/info/phocadownload/descarga/100DIASTRUMP.pdf>>. Acceso en: 14 abr. 2017.

El Boletín. Donald Trump rectifica: EEUU negocia resucitar el TTIP. 25 de abril de 2017. Consultado en <[www.elboletin.com/mvc/amp/noticia/148320/](http://www.elboletin.com/mvc/amp/noticia/148320/)>. Acceso en: 15 junio 2017

EUROPA “ya no puede confiar completamente” en Estados Unidos y Reino Unido, dice Angela Merkel. BBC Mundo, 28 mayo 2017. Disponible en <[www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-40080889](http://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-40080889)>. Acceso en 28 mayo 2017.

EXTRA. Autoridades de México e Canadá resistem à cláusula de caducidade no NAFTA. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/autoridades-de-mexico-canada-resistem-clausula-de-caducidade-no-nafta-21942999.html>. Acesso em 15 outubro 2017.

GONZÁLEZ, G. G. México en América Latina: El difícil juego del equilibrista. *Foreignaffairs:Latinoamérica*, Vol.7, Nº.4 (Octubre-diciembre), 2007, pgs.31-37.

MARTÍNEZ, Ángel. Trump y May se prometen fidelidad más allá de la OTAN 2017. *El Confidencial*. Madrid, 21 enero 2017. Disponible en <[www.elconfidencial.com/amp/mundo/2017-01-27/estados-unidos-trump-reino-unido-may-rueda-de-prensa\\_1322700](http://www.elconfidencial.com/amp/mundo/2017-01-27/estados-unidos-trump-reino-unido-may-rueda-de-prensa_1322700)>. Acceso en: 2 feb.2017.

MORALES, Roberto. AP y Mercosur buscarán facilitación comercial y mayor integración. *El Economista*. México, 10 abr. 2017. Disponible en: <[www.m.eleconomista.mx/industrias/2017/04/10/ap-mercosur-buscaran-facilitacion-comercial-mayor-integracion](http://www.m.eleconomista.mx/industrias/2017/04/10/ap-mercosur-buscaran-facilitacion-comercial-mayor-integracion)>. Acceso en 3 mayo 2017.

O'NEIL, S. K. Mexico Makes It. *Foreign Affairs*. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/138818/shannon-k-oneil/mexico-makes-it>. 2013. > Acessado em: 15 de outubro 2017.

PODER EJECUTIVO NACIONAL. Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018. México,

2013. Disponível em < <http://goo.gl/cuwstS>>. Acesso em 15 de outubro 2017.

TRADING ECONOMICS. Mexico's Economic Indicators. Disponível em: < [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjSvbOb8\\_XWAhWGGpAKHRhlDi4QFggoMAA&url=https%3A%2F%2Ftradingeconomics.com%2Fmexico%2Findicators&usg=AOvVaw2kPkPfvaVvDclBYPZkaxHH](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjSvbOb8_XWAhWGGpAKHRhlDi4QFggoMAA&url=https%3A%2F%2Ftradingeconomics.com%2Fmexico%2Findicators&usg=AOvVaw2kPkPfvaVvDclBYPZkaxHH)>. Acesso em 15 outubro 2017.



## A ALIANÇA DO PACÍFICO: FIM DE UMA PROMESSA?

*Julia Borba*

Conformada em 28 de abril de 2011, a Aliança do Pacífico surge no cenário regional se autodeclarando como um mecanismo de integração econômica dinâmico e pragmático. Desde então, tem sido repercutida como uma iniciativa de sucesso principalmente pela inserção internacional via comércio exterior e pela aproximação com a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e Trans-Pacific Partnership (TPP). No entanto, alguns acontecimentos recentes têm sido apontados como obstáculos ao crescimento da Aliança do Pacífico e que questionam o futuro promissor do bloco.

A Aliança do Pacífico nasce em um contexto de crise econômica global em que os impactos regionais são sentidos através do declínio da OEA, diminuição das trocas comerciais intra-bloco do Mercosul e crise da Comunidade Andina. Paralelamente, na dimensão interna, os governos dos países membros do bloco são encabeçados por partidos políticos mais à direita e cuja política exterior reflete o traço neoliberal daqueles (LALLANDE, 2014; HENDLER, 2015).

Os países se mostraram totalmente comprometidos com a globalização econômica, visto nos Tratados de Livre-Comércio. A Aliança do Pacífico surge para harmonizar e expandir os TLCs já existentes, além de consolidar uma Zona de Livre-Comércio. Com isso, o bloco busca resgatar o regionalismo aberto da década de 1990 (NOLTE; WEHNER, 2014). O regionalismo aberto da década de 1990 tinha como propósito que as políticas de integração fossem voltadas a aumentar a competitividade internacional (CEPAL, 1994).

O bloco é a expressão da visão compartilhada por seus membros quanto ao modelo

de desenvolvimento pautado pela abertura comercial e inserção pela via econômica, com forte apoio e envolvimento do empresariado. Durante a Cúpula de Paranaguá em 2012, realizou-se uma espécie de “Cúpula Empresarial” onde se estabeleceu que um país só poderia se juntar a esta iniciativa se tiver pelo menos um TLC firmado com cada integrante do mesmo (SERRANO; GALARRETA, 2013).

No momento de sua criação, a Aliança do Pacífico surgiu como um projeto político defensivo frente aos outros organismos regionais, como o Mercosul e a Aliança Bolivariana para Nossa América, o qual buscava não adotar uma postura revisionista das regras do comércio internacional, mas que buscava se afirmar na região Ásia-Pacífico, onde os fluxos comerciais são mais intensos atualmente (SERRANO, 2017).

Uma das primeiras repercussões da constituição de um novo bloco no espaço regional foi a associação da Aliança do Pacífico à iniciativa da Área de Livre-Comércio das Américas, principalmente pela proximidade dos países daquele bloco com os EUA - todos possuem ao menos um TLC com os EUA e a participação dos países na TPP (NOLTE; WEHNER, 2014).

Até o presente momento, foram realizadas 12 Cúpulas presidenciais, onde foram discutidos temas como promoção de comércio de serviços e investimentos; guia de requisitos e supressão de visto para empresários; discussão de medidas fitossanitárias, instalação de representações diplomáticas conjuntas para atingir novos mercados; fortalecimento de grupos de promoção dos próprios países (ProExport, ProChile, ProMex e ProInversiones); integração das bolsas de valores; incentivos à pequena, média e grandes empresas; mobilidade estudantil e acadêmica; e o diálogo e aprofundamento das relações com a APEC, Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Mercosul com base na proposta do chanceler chileno, Heraldo Muñoz, de uma “convergência na diversidade” (MUÑOZ, 2014).

Em maio de 2016, entrou em vigor o Protocolo Adicional ao Acordo Marco que elimina 92% de suas barreiras tarifárias e estabelece o prazo máximo de 20 anos para a eliminação dos 8% restantes (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2016), o que leva a caracterizar o bloco como uma Zona de Livre-Comércio – primeiro estágio de uma integração regional.

Paralelamente aos seus avanços, há uma discussão se a Aliança do Pacífico é um bloco de integração regional ou de cooperação econômica. O argumento utilizado é que a “integração profunda”, ainda que conste em seus documentos, corresponde ao que teóricos da integração regional apontam como um processo dividido em etapas cuja etapa final corresponde à cessão da soberania nacional dos Estados membros para uma unidade supranacional, estágio o qual os países da Aliança do Pacífico não estão dispostos a chegar (CORREDOR; VÉLEZ, 2014).

Ademais do não aprofundamento do bloco em direção a uma União Aduaneira ou Mercado Comum, recentemente a Aliança do Pacífico vem se deparando com eventos que parecem comprometer o sucesso do bloco.

Tanto o “Brexit” quanto a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos (e a retirada dos EUA do TPP) foram dois acontecimentos importantes que sinalizaram para o desgaste do discurso “pró-globalização”, o qual sustenta as ações da Aliança do Pacífico.

Ademais, em maio de 2017 o comércio intrarregional da Aliança do Pacífico apresentou queda pela primeira vez desde sua criação, principalmente pela contração dos valores das exportações dos países da Aliança do Pacífico<sup>1</sup>. Diante desses eventos, surge um questionamento: seria esse o estancamento da Aliança do Pacífico?

Ainda que os eventos citados acima provoquem incertezas sobre a estratégia de inserção internacional da Aliança do Pacífico, se tem observado que o bloco está buscando alternativas para contornar esses desafios por meio da aproximação com outros blocos regionais, com ênfase na ASEAN e Mercosul, além da incorporação de mais membros na qualidade de Estado associado.

Em relação ao Mercosul, a Aliança do Pacífico está estreitando laços com o vizinho regional com o objetivo de enfrentar os desafios da conjuntura internacional por meio da defesa do livre-comércio e dos trabalhos em regras de origem, cooperação aduaneira, facilitação do comércio e identificação de possíveis cadeias de valor (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017a, 2017b).

---

<sup>1</sup> Estudo realizado pelo Centro de Investigaciones Económicas y Social (Fedesarrollo). Disponível em: <http://www.20minutos.com.mx/noticia/219520/0/comercio-de-alianza-del-pacifico-entro-en-fase-de-desaceleracion/>. Acesso em: 07/10/2017.

No início de setembro, a Aliança do Pacífico presidiu a reunião com os representantes de Austrália, Canadá, Nueva Zelândia e Cingapura para discutir a regularização da entrada desses novos países ao bloco por meio dos Acordos Comerciais – requisito fundamental para admissão de novos países na Aliança do Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017c).

Recentemente, durante a reunião da Assembleia da Organização das Nações Unidas, a Aliança do Pacífico e a ASEAN tiveram um encontro ministerial para discutir o Plano de Trabalho 2017 – 2018 com vistas a aprofundar o Marco de Cooperação entre ambos blocos (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017d).

Portanto, ainda que o momento seja de incertezas, a Aliança do Pacífico o está tornando oportuno para que possa construir pontes entre Ásia e América, por meio da ASEAN ou associação de novos membros, e aprofundar uma "convergência na diversidade" com o Mercosul (SERRANO, 2017).

**Júlia Borba**

Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Pesquisadora do Laboratório de Novas Tecnologias em Relações Internacionais (LANTRI) e Observatório de Regionalismo, vinculados à Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI). Bolsista CAPES, São Paulo. Email: juli.borbagoncalves@gmail.com.

## REFERÊNCIAS

ALIANZA DEL PACÍFICO. Entrada en vigor del protocolo comercial de la Alianza del Pacífico, 2016. Calendario. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/calendario/entrada-en-vigor-del-protocolo-comercial-de-la-alianza-del-pacifico/>. Acesso em: 05 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Reunión del Grupo de Alto Nivel (GAN) de la Alianza del Pacífico y el Grupo Mercado Comum (GMC) del Mercosul, 2017a. Comunicados y Noticias. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/reunion-del-grupo-de-alto-nivel-gan-de-la-alianza-del-pacifico-y-el-grupo-mercado-comun-gmc-del-mercosur/>. Acesso em: 07 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Declaracion de Paranal. Paranal, 2012. Documentos. Disponível em: [alianzapacifico.net/documentos](http://alianzapacifico.net/documentos). Acesso: 14 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Reunión ministerial Mercosur y Alianza del Pacífico Comunicado Conjunto, 2017b. Comunicados y Noticias. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/reunion-ministerial-mercosur-alianza-del-pacifico-comunicado-conjunto/>

\_\_\_\_\_. Alianza del Pacífico y países candidatos a ser Estados Asociados sostuvieron reunión sobre cronograma de trabajo, 2017c. Comunicados y Noticias. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/alianza-del-pacifico-y-paises-candidatos-a-ser-estados-asociados-sostuvieron-reunion-sobre-cronograma-de-trabajo/>.

\_\_\_\_\_. Alianza del Pacífico y Asean concluyen IV Reunión Ministerial con un Plan de Trabajo listo para implementar el Marco de cooperación, 2017d. Comunicados y Noticias. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/alianza-del-pacifico-y-asean-concluyen-iv-reunion-ministerial-con-un-plan-de-trabajo-listo-para-implementar-el-marco-de-cooperacion/>.

BUELVAS, Eduardo.; VÉLEZ, Ricardo.; ALEGRÍA, Rafael. Colombia y la Alianza del Pacífico: um proyecto regional de cara a la multipolaridad creciente. In: BUELVAS, E; GEHRING, Hubert (Org). Alianza del Pacífico: mitos y realidades. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2014, p. 173 – 207.

CEPAL. El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad. Santiago de Chile, 1994.

HENDLER, Bruno. Correntes Políticas e Processos de integração na América Latina:

A Aliança do Pacífico em comparação ao Mercosul e à ALBA. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Curitiba, vol. 6, n. 2, p.222 – 239, 2015.

LALLANDE, Juan Pablo. La Alianza del Pacífico: integración vía comercio y cooperación sur-sur. In: AYLLÓN, Bruno; OJEDA, Tahina; SURASKY, Javier (Org.) *Cooperación Sur-Sur: regionalismos e integración en América Latina*. 2014, p

MUÑOZ, Heraldo. Convergência na diversidade: A nova política latino-americana do Chile. *Opinião. El País*. 12 de março. 2014. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/12/opinion/1394642773\\_153377.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/12/opinion/1394642773_153377.html)>. Acesso em 20 de set. 2017.

NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. The Pacific Alliance Casts Its Cloud over Latin America. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JR, Haroldo (Org.). *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe*, n. 10. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES). 2014, p. 207 – 223.

SERRANO, Lorena. Is the Pacific Alliance still the Great Hope? In: JORNADAS EUROPEIAS, 9., 2017, São Paulo. In: YOUTUBE. 28 minutos (1:49:57s – 2:17:45s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g-JVFpOaPMo>. Acesso em: 10 out. 2017.

SERRANO, Lorena; GALARRETA, Federico. La Alianza del Pacífico en América Latina: Contrapeso regional? *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*, n. 16, v. 8, jul/dez 2013.

## **O GIRO À DIREITA E O MERCOSUL EM 2017: REVISIONISMO INSTITUCIONAL, RETÓRICA COMERCIAL E TENSÕES INTERNAS**

*Ana Elisa Tomazella Gazzolla  
Angelo Lira*

Desde 2008, em função da crise financeira global, rápidas transformações passaram a se impor às sociedades locais, expondo seus limites e imperfeições por um lado, e por outro aguçando sua vertente neoliberal de política econômica frente à chamada crise da democracia liberal. Nesse cenário, a crescente indisposição popular para com seus governantes abriu espaço para transições de representação democrática, seja via sufrágio, como ocorrera na Argentina, por exemplo, ou através de articulações parlamentares, como é o caso do Brasil; ainda que o último seja um exemplo controvertido por razões diversas estritamente relacionadas ao desenrolar das investigações a políticos nesse país. No âmbito do Mercosul, a característica intergovernamental do bloco e a convergência dos presidentes Macri (Argentina), Temer (Brasil) e Cartes (Paraguai) figuram o que convencionou-se chamar de “giro à direita” (COMINI; TUSSIE, 2016). Sendo assim, é objetivo deste texto explorar alguns aspectos das dinâmicas sub-regionais no período de 2017, sem desconsiderar, contudo, uma breve descrição dos paradigmas conjunturais que as antecederam.

Durante a década de 1990, existiu certa homogeneidade ideológica no que se referia à lógica da integração econômica e da cooperação política nos modelos fundadores do regionalismo aberto enquanto um processo de crescente interdependência econômica a nível regional, incentivado tanto pelas políticas de abertura e desregulamentação, fortemente praticadas naquele momento, quanto por acordos preferenciais de integração (CEPAL, 1994). Essas medidas de cunho neoliberal, preconizadas especialmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e



aceitas pelos governantes da maioria dos países em desenvolvimento, faziam parte do que se convencionou chamar de Consenso de Washington<sup>1</sup>.

A partir dos anos 2000, no entanto, diante de um cenário de esgotamento do paradigma neoliberal na América Latina, o chamado Consenso de Buenos Aires<sup>2</sup> foi firmado entre Argentina e Brasil, em outubro de 2003, elucidando novas preocupações de caráter político-social e reafirmando valores como democracia, justiça e equidade. “Neste pacto, os países prometeram coordenar objetivos comuns, reforçando a integração regional para lograr interesses nacionais e atingir resultados equilibrados nas negociações multilaterais” (BRESSAN, 2014, p. 3); bem como “aperfeiçoar as instituições do Mercosul” (KLEMI; MENEZES, 2016, p. 138).

Com as propostas de revisão institucional no Mercosul, deu-se maior ênfase à dimensão política da integração regional, à inclusão de mecanismos de participação da sociedade civil e à preocupação com as assimetrias estruturais entre os seus membros e gargalos estruturais de infraestrutura regional (SANAHUJA, 2008); dando origem ao que a literatura denominou “regionalismo pós-liberal”, cujas características são “primazia da agenda política, papel do Estado na coordenação econômica, preocupação com questões sociais, que vão da neutralização das assimetrias estruturais entre os países à inclusão de amplos segmentos antes excluídos do processo de integração.” (LIMA, 2013, p. 185-186). Esse processo, entretanto, não pode ser visto somente enquanto respostas sub-regionais ad hoc às várias crises do neoliberalismo; mas como uma visível manifestação da re-politização da região, trazendo novas políticas e projetos regionais envolvendo o entendimento entre Estados, movimentos sociais e novas lideranças (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012).

Neste sentido, ao reiterar a importância do fomento à dimensão política da

- 
- 1 A primeira formulação do chamado “Consenso de Washington” foi feita por John Williamson, em 1990. Trata-se de um documento contendo dez temas de política econômica, de cunho neoliberal, preconizadas pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial; pelo Congresso dos Estados Unidos (EUA), pela Reserva Federal e por outros cargos da Alta Administração americana. De forma geral, se refere a: disciplina orçamentária, mudanças de prioridade para os gastos públicos, reforma fiscal, liberalização financeira e comercial, abertura para entrada de investimentos estrangeiros, manutenção de câmbios competitivos, desregulamentações e garantia de direitos de propriedade.
- 2 O Consenso de Buenos Aires foi firmado entre Argentina e Brasil, em alusão ao Consenso de Washington, em outubro de 2003. Além da crítica aos princípios propostos por este, o acordo entre os vizinhos expôs novas preocupações de caráter político-social, reafirmando valores como democracia, justiça e equidade.

integração, a Decisão CMC N° 63/10 criou o cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul (ARGM), vinculado ao Conselho do Mercado Comum (CMC), com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento político do processo de integração a partir do fortalecimento da capacidade de formulação de propostas de políticas regionais e da gestão comunitária de temas de interesse comum. Na publicação da Carta de Montevideu N° 16, um informativo da delegação do Brasil junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em abril de 2011, atribuiu-se ao Alto Representante-Geral a projeção institucional do bloco através de iniciativas de temas relativos ao fortalecimento da integração regional.

Entretanto, em abril de 2017, portanto já no contexto do giro à direita, em reunião realizada pelo GMC, se propôs ao Grupo de Análise Institucional do Mercosul (GAIM) a elaboração da norma de extinção do cargo. O deputado brasileiro Florisvaldo Fier, conhecido como Dr. Rosinha, foi o último Alto Representante-Geral do bloco e manifestou que seu fim terá consequências negativas sobre o processo de integração já que era sua “voz”. Para ele, quando foi proposta da criação do ARGM, houve um intenso debate sobre as instituições do bloco para além de seu aspecto econômico, de maneira a criar um organismo social com representação ativa.

Além do fim do cargo de ARGM, o íterim contemporâneo também abarca a crise venezuelana, a retomada das negociações por um acordo bilateral entre o Mercosul e a União Europeia, ambas desenvolvidas com mais detalhes em outros momentos deste dossiê (Capítulos X e Y, respectivamente), o flerte institucional entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul (tópico contemplado pelo Capítulo Z), a tramitação de inclusão da Bolívia como membro pleno do bloco e certa tensão entre Uruguai e Brasil, estes últimos aspectos são brevemente desenvolvidos abaixo.

A tramitação da adesão boliviana ao bloco avançou em agosto deste ano com a aprovação do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional Boliviano, documento de 2015, pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. O próximo passo consiste em análise e aprovação pelas casas parlamentares do Brasil. Uma vez incorporada, a Bolívia terá quatro anos para ajustar-se às exigências do bloco, as quais incluem desde a adoção de uma tarifa externa comum à incorporação de um regime de concorrência e regras de origem.

Com relação ao Uruguai, dois episódios merecem atenção. Primeiro, as incertezas advindas da aprovação da Reforma Trabalhista brasileira, sancionada em julho deste ano por Temer, perante as normativas da Declaração Social Laboral (DSL) acordada pelos membros do Mercosul em 2015. Ou seja, o Governo de Vázquez suspeita que as novas disposições trabalhistas no Brasil venham a ferir a premissa de trabalho decente da DSL e, desse modo, afetar a competitividade sub-regional.

O trabalho decente faz referência a um conceito desenvolvido em âmbito da Organização Internacional do Trabalho, em 1999, e remete à discussão de direitos humanos e proteção ao trabalhador e também a práticas leais de concorrência, não lastreadas, portanto, na precarização do emprego e consequente dumping social. Em termos de aplicação, a DSL não carece de incorporação pelos mecanismos nacionais para ser fazer vigente, todavia para ser evocada e aplicada de fato deve utilizar-se da legislação interna de cada Estado (CASTELLO, 2016). Sendo assim, ainda que o governo brasileiro vise a criar melhores condições para o desenvolvimento quantitativo do emprego nacional, os uruguaios cobram uma postura coletiva em âmbito do Mercosul ancorada nos princípios da DSL sobre proteção ao trabalhador e concorrência leal.

O outro episódio se refere à disputa entre os setores de laticínios dos dois países. Frente a uma competição acirrada com o produto uruguaio, o lado brasileiro tem acusado o país vizinho de triangular seu comércio de leite e se comprometeu a suspender a importação do produto até que sua origem seja comprovada.

Finalmente, as incertezas do contexto vigente, as pressões neoliberalizantes e o giro à direita dão base para o discurso de mudanças e reformas na sub-região, tanto em seus Estados vistos isoladamente, quanto na instituição como um todo. Destarte, os anseios pró-comércio e de superação do regionalismo pós-liberal passam a convergir de forma mais contundente e, assim, direcionam as expectativas de seus membros a uma maior inserção nos negócios internacionais, seja através do acordo com a União Europeia, ou da ainda tímida aproximação com a Aliança do Pacífico. No entanto, o ano de 2017 também apresentou tensões endógenas, evidenciando que a pressão de grupos econômicos internos, como o setor de laticínio e os setores favoráveis à Reforma Trabalhista, ainda representam obstáculos à liberalização comercial plena no Mercosul. Resta saber se o resultado das eleições presidenciais no

Paraguai e, sobretudo, no Brasil, em 2018, endossará o giro à direita ou vislumbrará outro caminho.

**Ana Elisa Thomazella Gazzola**

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) com foco em processos de Integração Regional na América do Sul. Pesquisadora do Observatório de Regionalismo e da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI). Pós-graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (2013). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Email: gazzola.aet@gmail.com

**Angelo Lira**

Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp - Unicamp - Puc-SP). Além de sua participação no Observatório de Regionalismo (ODR), é também membro pesquisador do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI) e do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento (GEICD). Temas de maior interesse: globalização, democracia e integração regional. E-mail: angelo\_lira@hotmail.com

## REFERÊNCIAS

BRESSAN, Regiane Nitsch. Integração regional na América do Sul: qual é o interesse de suas lideranças? 2o Seminário de Relações Internacionais “Os BRICS e as transformações da ordem global”. João Pessoa, 2014.

CASTELLO, Alejandro. Modificación de la Declaración Sociolaboral del Mercosur (2015): un avance en la construcción de la dimensión social del proceso de integración. *Revista IUS ET VERITAS*, n.53, p. 74-88, diciembre 2016. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/iusetveritas/article/view/16536/16882>>. Acesso em 28 jul. 2017.

COMINI, Nicolás. TUSSIE, Diana. Argentina: Reconfigurando el regionalismo en la ola conservadora. In: Informe de coyuntura. Observatorio de Regionalismo en América Latina y el Caribe. n.2, Diciembre de 2016. Disponível em: <<http://www.oralc.com.uy/informe-coyuntura-oralc-n2/>>. Acesso em: 13 set, 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. El regionalismo abierto em América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 1994.

ESTADÃO. Leia o documento Consenso de Buenos Aires. Agência Estado, 16 out. 2003. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,leia-o-documento-consenso-de-buenos-aires,20031016p22413>>. Acesso em: 25 out. 2017.

INSTITUTO Social del Mercosur. Alto Representante Geral do MERCOSUL visita a sede do Instituto Social do Mercosul. 2017. Disponível em: <<http://ismercotur.org/alto-representante-general-del-mercotur-visita-sede-del-instituto-social-del-mercotur/?lang=pt-br>>. Acesso em: 16 out. 2017.

KLEMI, Albene Miriam Menezes; MENEZES, Roberto Goulart. Brasil e Mercosul: rumos da integração na lógica do neodesenvolvimentismo (2003-2014). *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, n SPE 03, p. 135-150, 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações Interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. Lua Nova, São Paulo, 90: 167-201, 2013.

MERCOSUL/CMC/ATA No 02/10. XL REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM. Disponível em: <[http://www.puntofocal.gov.ar/doc/mcs\\_cmc\\_acta\\_02-10.pdf](http://www.puntofocal.gov.ar/doc/mcs_cmc_acta_02-10.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2017.

MERCOSUL. Carta de Montevideu. n. 16, abril de 2011. Disponível em: <<https://>

sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Brasaladi/pt-br/file/  
Carta%20de%20Montevidéu%20Nº%2016.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

MERCOSUL decide extinguir a figura do Alto Representante Geral. Montevidéu, jun. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/06/06/mercosul-decide-extinguir-a-figura-do-alto-representante-geral.htm>>. Acesso em: 16 out. 2017.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America (Chapter 1). In *The rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America*. United Nations University Series on Regionalism 4. Springer Science, 2012.

SANAHUJA, José Antonio. Posglobalización y acenso de la extrema derecha: crisis de hegemonía y riesgos sistémicos. In: MESA, Manuela (coord.). *Seguridad internacional y democracia: guerras, militarización y fronteras*. Anuario 2016-2017. p. 41-78. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/43270/1/Capi%CC%81tulo%20Sanahuja.pdf>>. Acesso em: 12 set, 2017.

SERRANO, Josep F. Mària. El "Consenso de Washington" ¿Paradigma Económico del Capitalismo Triunfante? Disponível em: <<https://www.cepal.org/Mujer/proyectos/gobernabilidad/manual/mod01/13.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Del "regionalismo abierto" al "regionalismo post-liberal": crisis y cambio en la integración regional en América Latina. In *Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009*. Coordinadora regional de investigaciones económicas y sociales: Buenos Aires, 2008.

## VENEZUELA: UM PROCESSO DE SAÍDA DO REGIONALISMO?

*André Leite Araujo*

O ano de 2017 foi marcado pelo aprofundamento das crises internas na Venezuela – política, econômica, social e institucional – e, também, pela deterioração de suas relações com o entorno regional, ocasionada por múltiplos motivos. Assim, entre outras razões, a conjuntura de isolamento internacional se desenvolveu devido aos conflitos entre Caracas e os governos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do México, do Panamá e do Peru, para citar alguns episódios. Apesar de cada caso ser ocasionado por uma miríade de razões, nota-se uma polarização política e divergência ideológica dos demais países em relação à gestão de Nicolás Maduro (Partido Socialista Unido de Venezuela – PSUV) principalmente após a convocação da Assembleia Constituinte, assim como o argumento venezuelano de defesa de sua soberania nacional e direito à não ingerência estrangeira sobre seus assuntos internos.

No que se refere ao regionalismo na América, os dois acontecimentos mais marcantes, em 2017, foram o pedido de retirada da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a segunda suspensão do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Diante das crescentes tensões entre a Venezuela e a OEA – liderada pelo Secretário-Geral Luis Almagro, ex-Ministro de Relações Exteriores do Uruguai –, entende-se que a opção por se retirar da organização foi uma estratégia para evitar uma possível expulsão e deslegitimar eventuais ações que pudessem ser tomadas contra a Venezuela. Desse modo, não lhe corresponderia mais obedecer ou sofrer sanções provindas da OEA. De igual maneira, impossibilita sofrer expulsão semelhante à que foi imposta sobre Cuba, em janeiro de 1962, e mantém o discurso de garantir sua autodeterminação.



Indubitavelmente, isso deve ser lido à luz das relações com os Estados Unidos que historicamente instrumentalizaram a OEA para atingir seus objetivos de política externa, buscando o respaldo da institucionalidade com os demais Estados americanos. Com a redefinição da estratégia de Washington para a América Latina, a reafirmação de sua presença e a relação conflitiva com o governo de Maduro, a OEA foi espaço de inúmeras discussões sobre a vigência da democracia na Venezuela e as acusações de violação dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, a aplicabilidade da cláusula democrática. Segundo a carta de Maduro, endereçada a Almagro, a OEA se converteu em “instrumento infame al servicio de intereses hegemónicos imperiales” e “vehículo de intervenciones” (MOROS, 2017). Isso porque, no entendimento do governo venezuelano, a OEA articulava a desestabilização e queda do governo.

Sendo assim, criada em 1948, a OEA lida com o inédito caso de um membro que denunciou sua Carta, solicitando a cessação de suas ligações com dito arranjo regional. Está previsto no seu artigo 143 que o prazo é de 2 anos, contados a partir da notificação à Secretaria Geral. Dessa maneira, em 2019 o processo deve ser completado e a OEA ser reduzida a 34 membros.

No Mercosul, Caracas sofreu duas suspensões: a primeira em dezembro de 2016 e a segunda em agosto de 2017. Sem as presenças dos presidentes, mas sim de seus chanceleres, ambas foram tomadas por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, após o afastamento destes em relação à Venezuela, apesar de haver tido inicial relutância por parte do governo uruguaio. Na primeira decisão, houve a interrupção de direitos, argumentada devido ao fato de a Venezuela não haver internalizado a normativa do Mercosul, conforme o prazo previsto no seu Protocolo de Adesão, vigente desde 2012. Assim, aparenta ser mais técnica do que o conteúdo da segunda suspensão, mas foi uma medida tomada após um semestre de disputas institucionais, pois a presidência pro tempore venezuelana não foi reconhecida pelos demais membros, entre outros conflitos que se acentuaram a partir da posse de Mauricio Macri, na Argentina, e da mudança na presidência brasileira, com Michel Temer. Paralelamente, no nível doméstico venezuelano, havia uma crise institucional, envolvendo o Legislativo, desde 2015, que havia dificultado a harmonização jurídica, que tampouco foi completada por nenhum outro membro.

Diferentemente do Paraguai que ficou suspenso entre 2012 e 2013, a partir de uma

única decisão, a Venezuela sofreu uma segunda medida, porque em 2017 foi novamente suspensa. Desta vez, de todos seus direitos e obrigações, considerando o previsto no Protocolo de Ushuaia e o entendimento de que havia ocorrido a quebra da ordem democrática no país. Dessa forma, é uma deliberação que opera no campo político, a partir da interpretação sobre a situação doméstica na Venezuela, mas que reflete também a conjuntura pela qual o Mercosul vinha passando nos últimos tempos. Além disso, evidencia a alteração na condição venezuelana no momento de seu ingresso, assinado em 2006, e o contexto contemporâneo. As mudanças nos níveis nacionais, regional e mundial modificaram os resultados do projeto que havia sido impulsionado anos antes (RUIZ, 2010, p. 92). Não menos importante, os acontecimentos da relação da Venezuela dentro do Mercosul influenciam e criam precedentes para as futuras incorporações de membros plenos – como é o caso da Bolívia, em tramitação no Congresso brasileiro –, pois a Venezuela foi a primeira e, até o momento, única ampliação de Estados-parte em mais de 25 anos de existência do Mercosul.

Ademais dos episódios do Mercosul e da OEA, vale mencionar também o histórico da Venezuela com a Comunidade Andina (CAN), originalmente Pacto Andino. Fundada em 1973, a CAN assistiu seu primeiro alargamento com a adesão da Venezuela, em 1973, e sua primeira saída em 1976, devido à ruptura do Chile. Posteriormente, em 2006, no mesmo contexto em que a Venezuela assinou o Protocolo de Adesão ao Mercosul, Caracas denunciou o Acordo de Cartagena e saiu da CAN (COMUNIDAD ANDINA, 2017). Dessa maneira, pouco após a derrota da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e criticando os acordos de livre comércio feitos com Washington, a presidência de Hugo Chávez consolidou seu afastamento geopolítico em relação a esses países e aproximou-se dos chamados “governos progressistas” da América do Sul, apostando no ingresso ao Mercosul e no potencial de transformá-lo. Para Arellano (2013, p. 10) foi uma estratégia de isolar-se de compromissos comerciais que limitavam sua capacidade de ação.

Além disso, vale ressaltar a diferença na ação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2016 e 2017. Com a vacância do cargo de Secretário-Geral, após a saída do colombiano Ernesto Samper, no início de 2017, a Unasul não retomou o papel de mediadora na crise política da Venezuela, pois no ano anterior – diferentemente da conduta da OEA – havia impulsionado mesas de diálogo entre governo e oposição até a principal coalizão opositora, Mesa de la Unidad Democrática, abandonar as negociações

(EL OBSERVADOR, 2017). Tal realidade difere do período entre 2008 e 2012, quando a Unasul – apoiada pelos membros da região, inclusive o governo venezuelano – assumiu o protagonismo de gerir as crises na América do Sul (KERSFFELD, 2013).

Em outro eixo de ação da diplomacia venezuelana, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) não tem continuidade territorial entre os membros – o que difere dos casos tradicionais de integração regional – e atualmente tem 11 membros (Honduras retirou-se), articulando importantes aliados de Caracas na região. Dessa maneira, foi um dos principais arranjos no período chavista e sustentado com os recursos do petróleo. Entretanto, no recente cenário de instabilidade e na concentração de esforços sobre as questões nacionais, a ALBA-TCP perdeu capacidade de projeção internacional. E, desde a posse de Donald Trump como presidente estadunidense, os conflitos com Caracas e Havana se intensificaram, o que leva a uma reconfiguração do cenário regional. Contudo, a virtual ausência de recursos para bancar a ALBA-TCP diminui as possibilidades de usá-la como instrumento de proteção ante os Estados Unidos.

Frente ao exposto, percebemos uma multiplicidade de processos de regionalismo, que foram desenhados e acomodam distintos projetos econômicos, políticos e sociais, conforme cada caso. Ao desenvolver a intitulada Revolução Bolivariana, a Venezuela propôs alterações aos modelos usualmente defendidos nos esquemas de integração existentes, tanto pela fundação de novos arranjos, como ALBA-TCP, Unasul e CELAC, quanto pelo plano reformista no Mercosul. Foi também nesse contexto de maior estabilidade que Caracas anunciou sua saída da CAN, simbolizando uma ruptura com o projeto de regionalismo aberto.

No contexto mais recente, caracterizado pelas crises, apesar da continuidade da presença em outros esquemas de integração, notou-se a saída venezuelana de dois processos: OEA e Mercosul. No primeiro caso, está em curso uma retirada definitiva e que foi pedida pela própria Venezuela. Por outro lado, em relação ao Mercosul, houve uma suspensão por tempo indefinido – porque o retorno depende da avaliação dos demais membros – que não foi solicitada pela diplomacia venezuelana, mas sim imposta pelos outros Estados-parte. Isso posto, o afastamento das instituições regionais não é uma ação isolada em si mesma, mas deve ser contextualizado no relacionamento com a região. Neste caso, analisa-se uma perda de apoios dos Estados vizinhos, tanto por questões políticas quanto econômicas, o

que estimulou o isolamento internacional de Caracas, impulsionado também pelo movimento dos Estados Unidos e da União Europeia. Em outros termos, apesar da questão geográfica, a interação com o entorno regional sofreu alterações marcantes, refletidas nos acontecimentos no Mercosul e na OEA.

Sendo assim, o estudo sobre a Venezuela suscita questionamentos sobre o que o país pode ganhar ao sair de um esquema de integração, isto é, porque é preferível estar fora do que dentro das instituições. O discurso do governo de Maduro assume um tom nacionalista em defesa da sua soberania e do direito de seguir os rumos que sejam decididos internamente, assim como de proteção do projeto socioeconômico que foi implementado a partir de 1999. Portanto, ao seguir um modelo alternativo de desenvolvimento, em conflito principalmente com as potências de capitalismo avançado, essa seria uma estratégia de garantia da manutenção do programa e do governo do PSUV, sem limitações da institucionalidade coletiva. De outro ponto de vista, os países vizinhos interessados poderiam ter ganhos ao executar suas políticas internacionais sem os posicionamentos da Venezuela dentro das instituições, ao pressionar por mudanças políticas nos assuntos domésticos venezuelanos e ao isentar-se de responsabilidade junto ao governo venezuelano – cuja imagem negativa vem sendo construída junto à mídia e à opinião pública.

Contudo, ao ter uma perspectiva histórica do regionalismo, percebe-se que essa situação pode ser alterada conforme diferentes conjunturas políticas. Assim, tanto é possível “voltar atrás” nos processos de regionalismo, quanto retomá-los no futuro ou criar novos arranjos, pois as condições atuais não são permanentes.

**André Leite Araujo**

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP e bacharelando em História pela USP. E-mail: andre@araujo.me

## REFERÊNCIAS

ARELLANO, Félix Gerardo. La entrada de Venezuela al Mercado Común del Sur (MERCOSUR): Implicaciones políticas y económicas. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2013.

COMUNIDAD ANDINA. Portal de la Comunidad Andina. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/index.aspx>>. Acesso em: 8 out. 2017.

EL OBSERVADOR. Unasur, el gran ausente en la crisis venezolana. Disponível em: <<http://www.elobservador.com.uy/unasur-el-gran-ausente-la-crisis-venezolana-n1103940>>. Acesso em: 8 out. 2017.

KERSFFELD, Daniel. El papel de la UNASUR ante los conflictos internacionales: dos estudios de caso. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, México, n. 218, 2013.

MOROS, Nicolás Maduro. Carta. Caracas, abr. 2017.

RUIZ, José Briceño. O Mercosul na política de integração de Venezuela. Civitas, v. 10, n. 1, jan./abr. 2010.

## AS NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA: ENTRE DISCURSOS E INTENÇÕES

*Lucas Bispo dos Santos*

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) assumiu importância para a União Europeia (UE) desde o momento em que o bloco do cone sul foi criado, em 1991, através do Tratado de Assunção. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai estabeleceram um bloco de cunho político-econômico que, na visão comercial, buscava integrar mercados consumidores e economias produtoras, tanto de bens primários, como industriais, sobretudo nos casos de Argentina e Brasil.

Os contextos internacionais e regionais abriram uma janela de oportunidades para que a aproximação entre os dois blocos ocorresse. Após o final da Guerra Fria, a ideia de globalização ganhava força, incentivando fluxo livre de mercadorias, pessoas e informações. A então Comunidade Econômica Europeia (CEE)<sup>1</sup>, por sua vez, questionava seu processo de integração e seu papel como ator internacional, sobretudo devido à hegemonia estadunidense (CRAWLEY, 2006). No contexto regional, os países sul-americanos passavam por processos de abertura política e econômica, após o final de regimes ditatoriais e crises econômicas severas. A abertura político-econômica somada à formação de processos de integração, como o Mercosul, deu o ensejo para a aproximação da UE ao bloco sul-americano (CRAWLEY, 2006; GARCIA, 2016).

Na estratégia europeia, havia uma relevância política em aprofundar os laços com a região, na medida em que o bloco queria exportar seu modelo institucional, para promover seus valores, princípios e normas, tornando-se um ator mais influente. Outro ponto

---

<sup>1</sup> O nome União Europeia (UE), como é designado atualmente, surgiu após a entrada em vigor do Tratado da União Europeia em 1 de janeiro de 1993 (UNIÃO EUROPEIA, 1993).

importante seria justamente a tentativa de assegurar o mercado latino-americano, sobretudo no contexto de lançamento da Área de Livre-comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos (EUA) em 1994 (VIGEVANI, MARIANO, 2003; BOYER; SCHUSCHNY, 2010). Dois terços das importações da UE são provenientes de matérias-primas, produtos intermediários e de componentes para suas indústrias, logo, a constituição de acordos comerciais com países como os do Mercosul permitiria custos menores de obtenção dessas mercadorias (COMISSÃO EUROPEIA, 2014). Assim, um acordo consolidaria a posição das empresas europeias nos mercados da região e a eliminação das barreiras comerciais seria vantajosa para exportações de bens de consumo e de capital (CIENFUEGOS, 2006).

No caso do Mercosul, a aproximação com a UE permitiria acesso de seus produtos agrícolas ao mercado europeu, com eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias, estimulando aumento das exportações (CIENFUEGOS, 2006). Outro ponto ressaltado seria o de que enquanto a questão dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, caso da Política Agrícola Comum (PAC) europeia, não fosse resolvida no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a possibilidade da conclusão do acordo com a UE permitiria ao Mercosul possuir parceiros comerciais estáveis, bem como poder de barganha nas arenas de negociação. Além disso, caso a negociação inter-regional possibilitasse vantagens concretas para ambos os lados, o Mercosul poderia se beneficiar do aumento de estoque de capital (BOYER; SCHUSCHNY, 2010).

Neste contexto, em 1995, foi assinado o Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional entre os blocos, conhecido como Acordo de Madri. É um acordo não preferencial e provisório, cuja intenção é preparar as bases para estabelecer futuro acordo de associação inter-regional entre Mercosul e UE, baseado em cooperação política e liberalização recíproca e progressiva de todo o comércio, tendo em conta a sensibilidade de certos produtos (ACORDO QUADRO, 1995). Decidiu-se que o acordo final apenas seria consumado mediante compromisso único de todos os envolvidos (single undertaking)<sup>2</sup> (VENTURA, 2003).

As negociações se iniciaram, de fato, em 1999, com pretensão de serem finalizadas em

---

2 Na definição da OMC: "Nothing is agreed until everything is agreed". Também denominado 'compromisso único'. De acordo com esta metodologia, todos os itens em negociação fazem parte de um único pacote e não podem ser acordados de forma separada (WTO, 2017).



2004. O caminho para que as trocas de ofertas fossem formalmente abertas enfrentaram dificuldades. Do lado europeu, a produção agrícola dos países mais favorecidos pela PAC – como França – seria afetada caso um acordo de livre-comércio com o Mercosul eliminasse grande parte das barreiras tarifárias e não-tarifárias relativas à agropecuária, uma vez que os países do cone sul são produtores competitivos nestes setores. Do lado sul-americano, a produção industrial dos países seria afetada pela liberação comercial, dado que a competitividade das indústrias da região é menor do que a europeia (VENTURA, 2003). Não obstante as hesitações de ambos os lados, e os entraves apresentados, as partes alegaram sempre manter diálogo aberto.

Na oferta da UE de 2004, 94% de todo comércio seria aberto, ao longo de dez anos. Porém, o ponto polêmico foi o dos ‘produtos sensíveis’<sup>3</sup>, pauta agropecuária. Alguns produtos só seriam liberalizados no décimo ano e outros apresentavam apenas reduções de tarifas ou pequenas cotas tarifárias. Naquele ano, existiam 1.285 tarifas agrárias vigentes no comércio entre os blocos, a oferta cobria 60% destas tarifas. Sendo assim, 40% das tarifas não seriam cobertas, essas comportavam, justamente, os produtos sensíveis, os mais competitivos do Mercosul (CIENFUEGOS, 2010). Na oferta do Mercosul, foram marcados como ‘sensíveis’ os produtos industriais<sup>4</sup>. Ao todo, liberalizava-se 77% do comércio com a UE, sendo que os outros 23% não teriam mudança tarifária. Em resumo, não houve consenso entre as partes e as negociações foram paralisadas em 2004 (CIENFUEGOS, 2010).

Esperava-se que com a conclusão da Rodada Doha na OMC, o nó agrícola fosse desatado e as negociações avançassem. Contudo, como as negociações multilaterais também apresentaram dificuldades, os blocos retomaram as tratativas em 2010 (CIENFUEGOS, 2010). Naquele contexto, as consequências da crise financeira de 2008, a crise na zona do euro e a ascensão chinesa renovaram os ímpetus de negociações da UE. Os países do Mercosul, por sua vez, viam na Europa a possibilidade de ganhar novos mercados, evitando a dependência excessiva da demanda por commodities chinesas. Além disso, a Argentina ocupava a presidência do Mercosul e liderar a retomada das negociações serviria como forma de evitar críticas em relação à postura protecionista que o governo de Cristina Kirchner vinha assumindo em relação ao setor industrial. No novo cronograma, o ano de

---

3 Cereais, carne vermelha, açúcar, etanol, tabaco, laticínios e algumas frutas e legumes industrializados.

4 Produtos químicos, produtos relacionados à indústria automobilística ou aeronáutica, papéis, têxteis, bens relacionados à indústria de base e indústria eletrônica, entre outros (CONDICIONES INCLUIDAS, 2004).

2013 foi estabelecido como prazo para que as regiões finalizassem trabalhos internos para trocar ofertas e concluir o acordo (CARVALHO; LEITE, 2013). Todavia, as negociações não avançaram.

Elas só seriam retomadas em 2015, quando os ministros dos países do Mercosul se reuniram com a Comissária de Comércio Europeia, Cecilia Malmstrom, para avaliar o estado das tratativas (UNIÃO EUROPEIA, 2015). Naquele momento, a presidente Dilma Rousseff reiterou a necessidade de se definir uma data para que as propostas de cada parte fossem colocadas em discussão (JIMÉNEZ, PÉREZ, 2015). Rousseff havia sido reeleita em disputa eleitoral concorrida no ano anterior e lidava com críticas de setores do empresariado que, entre diversas demandas, exigiam que o Brasil se engajasse em acordos internacionais. A liderança de Rousseff na retomada das negociações sinalizava uma resposta a estes setores.

Chegou-se a cogitar a realização de uma negociação em duas velocidades, sendo uma mais célere para Brasil, Paraguai e Uruguai e outra para Argentina, que seria o país do Mercosul visto como mais protecionista em termos de negociação (ACORDO, 2015). A situação parece ter se modificado após a eleição do novo presidente argentino Mauricio Macri, cuja postura é liberalizante. A ascensão de Macri, contudo, não foi a única mudança de governo no bloco. Em maio de 2016, Michel Temer, então vice-presidente da presidente reeleita Rousseff, assumiu como interino após Rousseff ter sido afastada em abertura de processo de impeachment. Temer assumiu com tom mais liberal, modificando o corpo do governo e sinalizando ajustes e reformas em âmbitos como fiscal, trabalhista e previdenciário. A consonância de postura entre os governos argentino e brasileiro, somado ao interesse paraguaio e uruguaio, parece ensejar momento favorável à concretização do acordo, por parte do Mercosul.

Prosseguindo o cronograma, em maio de 2016 houve nova troca de ofertas entre os blocos. Nesta, a carne bovina e o etanol foram deixados de fora da oferta da UE, ao que Susana Malcorra, então chanceler argentina, classificou como decepcionante (ARGENTINA, 2016). Apesar das divergências nas ofertas, a previsão é a de que haja acordo prévio entre os blocos durante a reunião ministerial da OMC, que será realizada em Buenos Aires em dezembro de 2017. Assim, em outubro, os blocos se reuniram para discutir os termos de novas ofertas. No caso europeu, o bloco salientou que adicionaria carne e etanol após as eleições realizadas na França e na Alemanha (NEGOCIAÇÕES, 2017). Desta forma, os países do Mercosul esperavam que os dois produtos estivessem na

mesa de negociação. A cota de carne bovina e etanol oferecido pela UE, no entanto, ficou muito aquém do esperado.

A proposta europeia reflete a divisão interna na UE. Enquanto França, Irlanda e Bélgica consideram que as ofertas de carne e etanol não deveriam ser apresentadas, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha pontuam que elas devem ser feitas, para indicar avanço nas tratativas (NEGOCIAÇÕES, 2017). Neste sentido, o Comissário Europeu de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, dando voz aos opositores, pediu que o países do Mercosul moderassem suas expectativas sobre os produtos classificados como sensíveis (UE, 2017).

Haverá mais uma reunião em Brasília no mês de novembro, em que se espera que o Mercosul faça sua contraoferta (UE, 2017). Contudo, conforme o final do ano se aproxima a possibilidade de que o acordo seja firmado vai ficando remota. Uma forte mobilização do setor agropecuário europeu estaria trabalhando para impedir o avanço das negociações. Neste acaso, além da costumeira postura protecionista destes setores, existe um ingrediente a mais: as consequências ainda não dimensionadas do Brexit (WHITE, 2017). Como exemplo, o Reino Unido absorve metade das exportações de carne bovina da Irlanda, todavia, com a libra passando por instabilidade, os preços pagos pelos britânicos vêm minando o lucro dos agricultores irlandeses (WHITE, 2017).

Há, no entanto, a importância retórica do acordo. Em um contexto no qual o presidente norte-americano, Donald Trump, assume postura protecionista, congelando as negociações do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) e retirando os EUA do Acordo de Parceria Trans-pacífica (TPP), a UE procura ocupar a posição de ator internacional que busca a liberalização do comércio internacional. A assinatura de um acordo prévio com o Japão em julho deste ano e a sinalização de um acordo-prévio na OMC com o Mercosul demonstram a intenção europeia de reforçar esta posição (NETTO, 2017; NEGOCIADORES, 2017). Ao mesmo tempo, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai encontram nas negociações com a UE uma forma de impulsionar a agenda do Mercosul. Com a crise venezuelana, que incorreu na suspensão do país caribenho do bloco (MARTÍ, 2017), e a crise político-econômica brasileira, a imagem do Mercosul tem sido a de um bloco com dificuldades em avançar no seu processo de integração. Assim, o avanço do acordo com a UE demonstraria a importância do bloco para o sistema e comércio internacional.

A promessa de concretização, no entanto, não é exclusividade desta etapa atual das tratativas, mas sempre foi parte dos discursos dos negociadores nos anos anteriores. Existe, portanto, uma retórica de que as negociações serão finalizadas, quando, em realidade, a dificuldade em atingir consenso nas ofertas se demonstra maior do que a intenção de concretização do acordo. Ao longo destes vinte anos de relacionamento entre Mercosul e UE os contextos internacionais e domésticos dos países de ambos os blocos se modificaram, mas o tema das negociações é recorrentemente resgatado. Conforme avançar as tratativas nos próximos meses, haverá a confirmação se há intenção para um acordo entre os blocos ou se é apenas dispositivo retórico.

**Lucas Bispo dos Santos**

Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação “San Tiago Dantas”. Bolsista CAPES e pesquisador do Observatório de Regionalismo, vinculado à Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismos (REPRI). Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: [lucasbispoo18@gmail.com](mailto:lucasbispoo18@gmail.com)

## REFERÊNCIAS

ACORDO do Mercosul com a UE. Acordo do Mercosul com a UE pode ter distintas velocidades. Economia. 25 de maio de 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/uruguai-acordo-do-mercosul-com-a-ue-pode-ter-distintas-velocidades>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

ACORDO-QUADRO Inter-regional de Cooperação entre a Comunidade Europeia e seus Estados Membros, por uma Parte, e o Mercado Comum do Sul e seus Estados Parte, por Outra. Madrid. 1995.

ARGENTINA desaprova Troca de Ofertas entre Mercosul e UE. Argentina desaprova troca de ofertas entre Mercosul e UE. Exame. Mundo. 27/05/2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/argentina-ve-como-decepcionante-troca-de-ofertas-entre-mercosul-e-ue>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

BOYER, I; SCHUSCHNY, A. Quantitative assessment of a free trade agreement between MERCOSUR and the European Union. CEPAL. Statistics and Economic Projections Division Natural Resources and Infrastructure Division. Santiago de Chile, Abril 2010.

CARVALHO, F. A. T; LEITE, A. C. C. Acordo de Associação Inter-Regional MERCOSUL– União Europeia: entraves à aprovação e perspectivas futuras. SÉCULO XXI, Porto Alegre, V.4, Nº2, Jul-Dez 2013.

CIENFUEGOS, Manuel. ¿El Interregionalismo en cuestión?: El caso de las Relaciones de la Unión Europea con el MERCOSUR. Revista Aportes para la Integración Latinoamericana. Año XVI, Nº 22 /Junio. 2010.

CIENFUEGOS, Manuel. La asociación estratégica entre la Unión Europea y el Mercosur, en la encrucijada. Documentos CIDOB. Serie: América Latina. Número 15. Barcelona, nov. de 2006.

COMISSÃO EUROPEIA. Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD) 2014-2020: Programa Indicativo Plurianual Regional para a América Latina. 2014. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/europeaid/node/100251\\_en](http://ec.europa.eu/europeaid/node/100251_en)>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

CONDICIONES incluídas en la Oferta a Nivel de la Posicion Arancelaria. Mercosur. 2004. Disponível em: <[http://www.sice.oas.org/TPD/MER\\_EU/negotiations/MA\\_offers/MER\\_Goods3\\_s.xls](http://www.sice.oas.org/TPD/MER_EU/negotiations/MA_offers/MER_Goods3_s.xls)>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

CRAWLEY, Andrew. Europe-Latin America (EU-LAC) relations: Toward interregional coalition building?. In: *Interregionalism and International Relations*. HANGGI, Heiner; ROLOFF, Ralf; RULAND, Jurgén. USA. 2006.

GARCIA, Maria J. EU trade relations with Latin America: Results and challenges in implementing the EU-Colombia/Peru trade agreement. European Parliament. 2016. Disponível em: <[http://www.sice.oas.org/TPD/AND\\_EU/Studies/EXPO\\_STU\\_EU\\_COL\\_PER\\_2016\\_e.pdf](http://www.sice.oas.org/TPD/AND_EU/Studies/EXPO_STU_EU_COL_PER_2016_e.pdf)>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

MARIANO, Marcelo Passini; TULLO, Vigevani. Alca: o gigante e os anões. Tullo Vigevani, Marcelo Passini Mariano; coordenação Benjamin Abdala Junior, Isabel M. Alexandre – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. – (Série Ponto Futuro, 13).

MARTÍ, Silas. Chanceleres do Mercosul suspendem a Venezuela do bloco econômico. Mundo. Folha de São Paulo. 05 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1907481-mercosul-suspende-venezuela-do-bloco-e-pede-transicao-politica-imediata.shtml>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

JIMÉNEZ, Carla; PÉREZ, Claudi. Mercosul pressiona União Europeia para avançar um acordo bilateral. EL PAÍS BRASIL. 10/06/2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1433979885\\_736329.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1433979885_736329.html)>. Acesso em 16 de outubro de 2015.

NEGOCIAÇÕES entre Mercosul e União Europeia vivem semana crucial. Mercado. Folha de São Paulo. 02 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1923469-negociacoes-entre-mercosul-e-uniao-europeia-vivem-semana-crucial.shtml>>. Acesso em 16 de outubro de 2015.

NEGOCIADORES do Mercosul e da UE retomam negociações a portas fechadas. Economia. UOL. 02 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2017/10/02/negociadores-do-mercosul-e-da-ue-retomam-negociacoes-a-portas-fechadas.htm>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

NETTO, Andrei. União Europeia e Japão fecham acordo de livre-comércio. Economia e Negócios. Estado de São Paulo. 07 de julho de 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,uniao-europeia-fecha-acordo-de-livre-comercio-com-o-japao,70001880213>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

PREOCUPACIÓN de la Rural por la oferta negociadora de la Unión Europea al Mercosur. Campo. La Nación. 04 de octubre de 2017. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/2068997-preocupacion-de-la-rural-por-la-oferta-negociadora-de-la-union-europea-al-mercosur>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

UE diz que oferta está posta para Mercosul definir acordo com o bloco europeu. Internacional. Agência Brasil. 09 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-10/ue-diz-que-oferta-esta-posta-para>>.



mercotel-definir-acordo-com-o-bloco>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado da União Europeia. Versão Consolidada. 1993. Disponível em: <[http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC\\_2&format=PDF](http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF)>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

UNIÃO EUROPEIA e Mercosul avaliam negociação de acordo comercial. Economia. G1. 28 de maio de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/uniao-europeia-e-mercotelavaliam-negociacao-de-acordo-comercial.html>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

VENTURA, D. F. L. As assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia: (os desafios de uma associação inter-regional)/Deisy Ventura. – Barueri, SP : Manole, 2003.

WHITE, Samuel. Farms warns against ‘devastating’ of Mercosur on EU beef. Euractiv. 19 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/agriculture-food/news/farmers-warn-against-devastating-impact-of-mercotel-on-eu-beef/>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

WTO. How the negotiations are organized. World Trade Organization. 2017. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/tratop\\_e/dda\\_e/work\\_organ\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/work_organ_e.htm)>. Acesso em 16 de outubro de 2017.



## EUROPA, EUROPAS: PARA ONDE VAI A UNIÃO EUROPEIA?

*Cairo Junqueira*

O início do título acima remete-se à obra de Estevão Rezende Martins (2012), autor que coloca o termo em plural para referenciar a multiplicidade e a infinidade de movimentos, atores e mudanças apresentadas no território europeu. Já nos meandros e no limiar do século XIX a Europa despontava como nascedouro da industrialização e desenvolvimento do sistema capitalista, os quais acompanharam seus nacionalismos. A “questão nacional” converteu-se em algo importante para a política interna de quase todos os países europeus, logo a autodeterminação política e o controle do Estado como o mais alto instrumento de poder (HOBBSAWM, 2013) tornaram-se marcas indelévels da região.

Se no início os movimentos nacionalistas serviram como princípio de união, no período entre guerras (1919-1939) essa vertente mudou e foi marca característica de regimes totalitários como o Nazismo e o Fascismo. A primeira metade do século XX na “Europa, Europas” é mais do que bem conhecida: existência de duas grandes guerras mundiais em meio a tentativas falhas de apaziguamento, a exemplo da criação da Liga das Nações e do Tratado de Versalhes (1919).

Assim, a integração regional apareceu logo após 1945 como uma alternativa viável para se gerar e manter a paz no continente. Agora, em 2017, completaram-se sessenta anos da assinatura do Tratado de Roma (1957), considerado por muitos como o “embrião” da União Europeia, pois à época Alemanha Ocidental, Itália, França, Países Baixos, Luxemburgo e Bélgica uniram esforços para criação da Comunidade Econômica Europeia e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom), levando traços de uma integração mais contundente aos países e, ao mesmo tempo, anulando quaisquer possibilidade de guerras entre os mesmos, período conhecido como o começo da Pax Europeana.

Desde então a “Europa, Europas” seguiu um caminho árduo, mas de bastante desenvolvimento em termos de regionalismo. Em 1992 o Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia (TUE), veio para coroar os rumos da integração. Ele

[...] estabelece[u] as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma união económica e monetária, incluindo uma moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente dá origem à União Europeia (FONTAINE, 2003, p. 60).

Modificou a agenda, caminhou com os alargamentos do bloco e trouxe um senso de maior comprometimento por parte dos países para estimular maior diálogo e cooperação. O TUE foi o último marco normativo e jurídico de peso para a União Europeia, sendo o tratado formador do bloco conforme o conhecemos hoje, no século XXI. Ele fez, inclusive, com que o bloco regional fosse tomado como exemplo, sendo considerado “[...] a tentativa mais significativa e transcendente em matéria de regionalismo” (MALAMUD; SCHMITTER, 2006, p. 03) no mundo.

De fato, a integração regional europeia, quando não considerada um modelo, representa ao menos uma iniciativa a ser considerada, mesmo com ressalvas, alhures e em outros aparatos de integração, como ocorreu com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Africana. Entretanto, até que ponto a União Europeia pode ser considerada um “padrão a ser seguido”? Já há alguns anos pesquisas da área respondem essa pergunta de maneira crítica e negativa. E nos últimos anos isso tem sido cada vez mais debatido, porque o bloco regional tem passado por certos momentos de crise. Claramente os movimentos de ceticismo para com a União Europeia não se restringem ao nível regional e perpassa crises globais, além de ser uma crise econômica e política reflexo de intempéries no interior dos Estados nacionais (LEHMAN, 2015) e, portanto, dos diferentes nacionalismos. Assim, para onde vai a União Europeia? Essa pergunta advém de fenômenos e acontecimentos recentes que vão de encontro com os anos pretéritos da integração europeia, aos quais o presente texto volta seus olhos agora.

O primeiro aspecto que devemos destacar é a reconhecida crise do Euro e/ou crise financeira europeia. Como reflexo da famosa “Crise de 2008” de proporções internacionais, a União Europeia passou pelo seu maior período de recessão nos últimos setenta anos. Notadamente cinco países – Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha – ficaram conhecidos

pelo acrônimo “PIIGS”, em virtude dos seus altíssimos déficits financeiros ocorridos quando tais governos tiveram maiores gastos do que arrecadações. Os débitos governamentais grego, italiano, português e irlandês chegaram à faixa de 150, 126, 117 e 111% de seus produtos internos brutos. Conforme aponta Mark Esposito (2014), em 2014 o desemprego chegou na casa dos 25% na Grécia e na Espanha, enquanto que no bloco regional a grande faixa de desempregados concentrava-se na população jovem entre 15 e 24 anos, tornando-se um problema presente e futuro.

Ainda relacionado à crise financeira e indo além dos índices alarmantes de desemprego, o segundo maior problema gerado como consequência desse processo foi o aumento das chamadas “políticas de austeridade”. A ótica aqui é relativamente simples: a partir do momento em que a dívida e os déficits públicos de alguns países começaram a aumentar, outros países da Zona do Euro iniciaram políticas fiscais mais rigorosas justamente para frear o endividamento. Em países como os PIIGS, especialmente o caso grego, isso significou aumento dos juros e redução dos gastos com políticas públicas (ALEXEENKO, 2013). Quem mais sofreu as consequências foi a própria população desses países, daí a relação direta envolvendo o desemprego e a austeridade.

Em termos gerais e além dos problemas citados, a crise financeira colocou reticências quanto ao futuro da União Europeia e do Euro. Essas reviravoltas serviram para questionar os rumos da integração, além de evidenciar a existência de duas óticas regionais, as quais Anthony Giddens (2014, p. 23) denominou de UE1 (Europa de papel) e UE2 (Europa empírica). A Europa estava dominada pela UE2, havendo uma “[...] ‘presidente’ informal da Europa, Angela Merkel.”.

Relacionado ao problema econômico encontra-se o que Philippe Schmitter (2013) denominou de crise da democracia europeia. Na União Europeia:

Seus cidadãos começam a questionar as mesmas normas, instituições e práticas que novos movimentos democráticos procuravam imitar, e tendem a apontar deficiências e considerá-las defeituosas. A lista de mórbidos sintomas é bem conhecida (se não bem compreendida): os cidadãos tem se tornado mais propensos a se absterem das votações; mais resistentes a se unir ou se identificar com partidos, sindicatos ou associações profissionais; menos confiantes nos oficiais eleitos ou políticos em geral; e muito menos satisfeitos com a forma pela qual tem sido governados e com os benefícios que tem recebido das agências

públicas. (SCHMITTER, 2013, p. 43, grifo nosso).

Temos, aqui, um terceiro aspecto da atual “Europa, Europas”, qual seja a crítica em relação ao pertencimento à União Europeia em meio às apreciações advindas de suas instituições, normas e valores, fenômeno que gerou a existência dos chamados “eurocéticos”, ou seja, grupos que questionam e, em muitos casos, são contrários e descrentes à permanência e ao aprofundamento da integração econômica, política e social. Ainda em 2014 isso foi muito visível nas eleições para eurodeputados do Parlamento Europeu, pois os céticos conquistaram mais de cem assentos no órgão. Na ocasião, a francesa Marine Le Pen disse o seguinte: “Os eleitores não aceitam mais ser dirigidos do estrangeiro, nem submeter-se a leis que não votaram, ou obedecer a comissários que não estão subordinados à legitimidade do sufrágio universal” (EURONEWS, 2014).

Le Pen disputou as eleições presidenciais francesas com Emmanuel Macron, tendo este saído como vencedor em maio de 2017. Além de conseguir cargo de deputada, ela carrega a bandeira de que maiores níveis de integração não são necessários aos países membros do bloco e representa uma via política de extrema-direita na França, tendo viés notadamente nacionalista e, para muitos, até mesmo xenofóbico, carregando o slogan “Não a Bruxelas, sim à França”. Tanto ideologias conservadoras quanto liberais são abrangidas pelo Euroceticismo, defendendo o discurso por maior nacionalismo, menos austeridade e/ou combate a políticas migratórias dentro e fora da União Europeia.

Além do caso francês, as recentes eleições parlamentares na Alemanha também refletem essa questão abordada. Angela Merkel assumiu seu quarto mandato no cargo desde 2005, o que não se apresentou como novidade, mas o partido “Alternativa para a Alemanha” (AfD) de extrema-direita conseguiu 13% dos votos e pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial terá representação direta no Parlamento Alemão. O AfD segue certas diretrizes nacionalistas tendo seu líder máximo, Alexander Gauland, afirmado ter como objetivo “devolver a Alemanha para os alemães”, ou seja, sendo uma voz extremamente anti-imigração.

Esse aumento dos movimentos nacionalistas com caráter anti-integração tangencia um quarto aspecto imperativo para ser abordado: a crise dos refugiados. Segundo informações da Comissão Europeia, entre 2014 e 2016 o continente recebeu o maior contingente populacional de deslocados desde o início da integração na década de 1950 (COMISSÃO EUROPEIA, 2016). Os refugiados e imigrantes ilegais provêm, em sua grande maioria, do norte da África e do Oriente Médio, mormente em virtude da Guerra na Síria. Embora os

países que mais recebem deslocados não se encontrem na Europa e sejam Turquia, Paquistão, Líbano, Irã, Etiópia e Jordânia (CHACRA, 2017), no continente há muita entrada em países como Alemanha, Grécia, Bulgária, Hungria e Áustria.

Sobre essa problemática, Philip Martin (2016) atesta que a crise migratória europeia é de grande escala e a própria União, e em particular a Alemanha, possuem um grande desafio pela frente para coordenar políticas de recepção aos imigrantes, reformar as instituições e, ao mesmo tempo, integrá-los à sociedade. Afinal, uma marca dos fluxos populacionais que chegam ao continente deve ser enfatizada aqui: eles vão muitas vezes em embarcações extremamente precárias à “Europa, Europa” com caráter permanente, de residência e não provisório. De tal sorte, coloca-se reticências ao Acordo Schengen assinado em 1985 – responsável pela livre circulação de pessoas entre os países – e tornou-se necessário reformular a Convenção de Dublin iniciada em 1990 para o controle e a recepção de refugiados, fazendo dessa questão um dos maiores desafios da integração no ano de 2017.

Em definitivo, o presente ano também norteou outros movimentos importantes que não devem ser deixados sem menção e fazem jus a duas questões opostas: a entrada da Turquia na União Europeia em meio à saída do Reino Unido, o BREXIT. A querela em torno da questão turca remonta a décadas atrás, pois ainda em 1959 o país pediu formalmente a entrada na Comunidade Econômica Europeia (SANDRIN, 2015) e isso perpassou as políticas governamentais vindouras, mas cada vez mais, pelo menos no médio prazo, sua inclusão no bloco torna-se improvável. Isso se deve porque lideranças europeias apontam que a Turquia não representa uma democracia plena na atualidade, fato impossibilitador de sua participação, além de ser um país com maioria islâmica geopoliticamente vizinho à Síria, Irã e Iraque. Dito de outro modo, a entrada da Turquia no bloco faria com que a União Europeia tivesse uma fronteira terrestre direta com o Oriente Médio.

No caso do BREXIT, o processo de saída do Reino Unido do bloco tornou-se o emblema do primeiro movimento de rompimento do alargamento da integração europeia. Historicamente o país já lutava por uma integração mais branda, notadamente comercial, sem profundidades políticas e sociais, inclusive sendo tomada como ideais por políticos contrários à integração, como é o caso de Nigel Farage, líder do Partido de Independência do Reino Unido com caráter conservador e eurocético. Todavia, antes do dia 23 de junho de 2016, data do referendo, muitas vozes se pronunciavam contra a saída ressoando palavras dos anos de início da integração europeia:

É demais esperar que um continente que tem conseguido desde 1945 – depois de duas guerras horríveis – transformar inimigos em vizinhos e vizinhos desconfiados em parceiros ser uma força confiável para paz no tumulto do século XXI, um bastião da liberdade e da democracia, um promotor da comunicação frutífera com outras regiões influentes? Isso não seria uma conquista se nós, cidadãos da Europa, cada um com suas próprias experiências e valores, trabalhássemos juntos para tornar isso possível? (STRASSER, 2016, p. 51-52, tradução nossa)

Em tempos de idas e vindas na integração, é mais do que esperado retomar discursos com palavras célebres de cooperação e compartilhamento. Todavia, não é isso que a União Europeia vem mostrando na segunda década de 2010. É uma iniciativa com inúmeros acertos, mas também com inúmeros erros, o que é plausível em quaisquer processos de integração regional. Como a própria palavra denota, ser um “processo” é caminhar com linhas tortas e não retas. A marca atual não é essa argumentada por Johano Strasser (2016) no sentido da integração ser benéfica para todos e todas. Às vezes determinados grupos sociais e de interesse não se sentem pertencentes a um local, a uma região ou até mesmo a um país – vide o exemplo do separatismo da Catalunha que alcançou uma marca histórica em 2017 – e, evidentemente, a um bloco regional. Retomando o título do presente texto, temos várias “Europa, Europas” e a União Europeia tem que ser capaz de angariar recursos para integrar o máximo dessa pluralidade, indo além dos seus nacionalismos. Para reestabelecer os ideais integracionistas do Tratado de Roma (1957), o caminho a ser seguido, mesmo sendo árduo, é se reformular aos novos tempos em que a inclusão não basta ser um discurso, mas sim uma política aplicada que impacte não somente o bon vivant alemão, como também o jovem desempregado espanhol ou grego.

**Cairo Junqueira**

Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e Professor de Relações Internacionais na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).



## REFERÊNCIAS

ALEXEENKO, Galina. Dívida Soberana: duas perspectivas. *EconSouth – Federal Reserve Bank of Atlanta*, v. 15, n. 3, ¾ 2013. Disponível em: <<https://www.frbatlanta.org/-/media/documents/regional-economy/econsouth/13q3sovereigndebtportuguese.pdf>> Acesso em 16 out. 2017.

CHACRA, Gustavo. Quais países recebem mais refugiados no mundo? *Estadão Internacional – Blog Guga Chacra “De Beirute a Nova York”*, 01 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/quais-paises-recebem-mais-refugiados-no-mundo/>> Acesso em 16 out. 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. A UE e a Crise dos Refugiados, julho de 2016. Disponível em: <<http://publications.europa.eu/webpub/com/factsheets/refugee-crisis/pt/>> Acesso em 16 out. 2017.

ESPOSITO, Mark. *The European Financial Crisis. Analysis and a Novel Intervention*. Harvard University, 2014. Disponível em: <<https://scholar.harvard.edu/files/markesposito/files/eurocrisis.pdf>> Acesso em 16 out. 2017.

EURONEWS. Ascensão dos eurocéticos no Parlamento Europeu. Notícia publicada em 26 de maio de 2014. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2014/05/26/ascensao-dos-euroceticos-no-parlamento-europeu>> Acesso em 16 out. 2017.

FONTAINE, Pascal. *A Europa em 12 lições. Série Documentação Europeia*, Comissão Europeia, Bélgica, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Continente turbulento e poderoso: qual o futuro da Europa?* São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 6ª Ed. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

LEHMAN, Kai. Os “fatos” contra o “coração”: crise, euroceticismo e a dificuldade de mudar padrões. *A União Europeia alargada em tempos de novos desafios*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2015, p. 31-44.

MALAMUD, Andrés; SCHMITTER, Philippe. *La Experiencia de Integración Europea y el Potencial de Integración del Mercosur*. *Desarrollo Económico*, v. 46, n. 181 (Apr-Jun), 2006, pp. 03-31.



MARTIN, Philip. Europe's Migration Crisis. ARE Update 19(3):9-11. University of California Giannini Foundation of Agricultural Economics. Disponível em: <[http://giannini.ucop.edu/media/are-update/files/articles/V19N3\\_3.pdf](http://giannini.ucop.edu/media/are-update/files/articles/V19N3_3.pdf)> Acesso em 16 out. 2017.

MARTINS, Estevão de Rezende. Parcerias Almejadas. Política Externa, segurança, defesa e história na Europa. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Fino Traço, 2012.

SANDRIN, Paula. Turquia e União Europeia: explicando uma relação resiliente. A União Europeia alargada em tempos de novos desafios. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2015, p. 97-108.

SCHMITTER, Philippe. As três crises: o euro, a União Europeia e a democracia na Europa. Cadernos Adenauer XIV, n. 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril de 2013, pp. 41-46.

STRASSER, Johano. The other european. BREXIT: The politics of a Bad Idea, Friedrich Ebert Stiftung e Social Europe Publishing, Tradução de Meredith Dale, 2016, pp. 48-52.

## UM DESAFIO PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CASO DO BREXIT

*Flávia Loss de Araújo  
Maria Luísa Telarolli de Almeida Leite*

No dia 23 de junho de 2016, o Reino Unido decidiu pela saída da União Europeia (UE). O resultado do referendo realizado ainda é alvo de grande repercussão, especialmente, por estar em negociação os termos dessa saída do bloco. No dia 29 de março de 2017, Theresa May, primeira-ministra britânica desde a renúncia de Cameron após resultado do referendo, entregou carta que oficializa a intenção de saída do Reino Unido a Ronald Tusk, presidente do Conselho Europeu. O conteúdo da carta se refere à evocação do artigo 50 do Tratado de Lisboa<sup>1</sup> (2009), que trata em seu âmbito sobre a vontade de um país em deixar de ser parte da instância europeia. Entre os temas mais urgentes no que diz respeito a esse processo estão a multa de aproximadamente 200 bilhões de reais e os 3 milhões de cidadãos que vivem na fronteira com a Irlanda.

---

1 1. Todo Estado membro poderá decidir, em conformidade com suas normas constitucionais, retirar-se da União. 2. O Estado membro que decidir retirar-se notificará sua intenção ao Conselho Europeu. À luz das orientações do Conselho Europeu, a União negociará e celebrará com esse Estado um acordo que estabelecerá a forma de sua retirada, levando em conta o marco de suas relações futuras com União. Este acordo será negociado com base na seção 3 do Artigo 218 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. O Conselho o celebrará em nome da União por maioria qualificada, prévia à aprovação do Parlamento Europeu. 3. Os Tratados deixarão de ser aplicados ao Estado de que se trate a partir da data entrada em vigor do acordo de retirada ou, em sua ausência, aos dois anos da notificação a que se refere a seção 2, salvo se o Conselho Europeu, de acordo com dito Estado, decidir por unanimidade prorrogar esse prazo. 4. Por efeito das seções 2 e 3, o membro do Conselho Europeu e do Conselho que representa o Estado membro que se retira não participará nem das deliberações nem das decisões do Conselho Europeu que o afetem. A maioria qualificada será definida com conformidade com a letra b) da seção 3 do Artigo 238 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. 5. Se o Estado membro que se retirou da União solicitar de novo a adesão, sua solicitação será submetida ao procedimento estabelecido no Artigo 49.

Para entender o dilema atual, é importante retomar brevemente o processo histórico que culminou nesse resultado. O Reino Unido aderiu à UE somente em 1973 e sempre demonstrou ressalva em relação ao projeto de integração, uma vez que a ideia de aprofundamento da integração política e de modelo federalista era alvo de preocupação e desaprovação entre os britânicos, que sempre adotaram postura de distanciamento.

Os dois principais partidos do país, Trabalhista e Conservador, alternaram posturas anti e pró integração ao longo do século XX, possuindo, até hoje, profundas divisões internas acerca do tema e independentemente de bandeiras ideológicas. O primeiro plebiscito sobre a questão foi realizado em 1975 sob o mandato do trabalhista Harold Wilson (1974-1976). Na ocasião, a população optou pela permanência no bloco.

Na segunda metade da década de 1980 ocorreu a intensificação da desconfiança em relação à UE durante o mandato da primeira-ministra Margaret Thatcher, do partido Conservador, uma das principais defensoras da autonomia britânica frente ao projeto europeu. Na mesma época, o partido trabalhista passou a adotar uma postura pró-integração, opondo-se à relutância dos conservadores. Thatcher se tornou ainda mais refratária à integração após deixar o cargo, em 1990, chegando a apoiar a animosidade de membros de seu partido contra seu sucessor, John Major, na questão da assinatura do Tratado de Maastrich.

O sucessor de Major foi Tony Blair, primeiro-ministro trabalhista entre 1997 e 2007 e partidário da maior participação do Reino Unido na integração. Blair também enfrentou a oposição dos chamados “eurocéticos” e a dificuldade de criar uma identidade europeia entre os britânicos (DADDOW, 2013). O chanceler do tesouro<sup>2</sup> durante seu mandato, Gordon Brown, foi dos principais opositores da adoção do euro no Reino Unido, pois apesar de acreditar que os britânicos deveriam participar ativamente da integração, possuía dúvidas quanto aos benefícios econômicos da troca de moeda. Posteriormente, Brown se tornou primeiro-ministro (2007-2010) e manteve uma postura pró-integração, exceto no plano das políticas econômicas. Durante o mandato de Brown ocorreu a crise econômica que afetou a zona do euro, aumentando a percepção da população britânica de que o país poderia ser negativamente afetado por decisões tomadas em Bruxelas<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Equivalente ao Ministro da Fazenda no Brasil.

<sup>3</sup> Sede do Conselho Europeu, órgão máximo da União Europeia.

Finalmente, David Cameron (2010-2016), do partido Conservador, pressionado pelo fortalecimento do movimento anti-integração, cumpriu uma das promessas de campanha de seu segundo mandato e convocou um novo referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE em 2016. O resultado favorável à saída do bloco representou uma importante vitória para Nigel Farage, antigo membro do partido Conservador que militava pela saída da UE desde 1992, quando se desligou do partido como protesto pela assinatura do Tratado de Maastrich e se tornou um dos fundadores do Partido da Independência do Reino Unido<sup>4</sup>. Cameron, por outro lado, saiu enfraquecido do pleito e renunciou ao cargo, sendo substituído por Theresa May, também conservadora, em julho de 2016.

O resultado do referendo foi alvo de discordância dentro do Reino Unido, pois Escócia e Irlanda do Norte votaram favoráveis à permanência, assim como parte das capitais e grandes centros dos países britânicos, o que trouxe à baila a disparidade de posicionamento não somente interna aos países, mas também na região, resultando em declarações da Escócia e da Irlanda do Norte. Ademais, há o conflito entre a posição assumida pelos jovens, que votaram pela permanência e os idosos, que votaram pela saída, o que coloca em cheque a necessidade de diálogo entre o conservadorismo e as novas gerações, pois que ainda estas que se considerem progressistas, os jovens têm demonstrado menor envolvimento com questões políticas.

Alguns pontos devem ser ressaltados como parte da construção de uma trama maior no tocante aos motivos pelos quais, levando em consideração a presença histórica dos eurocéticos na política britânica, nesse momento, o Brexit foi levado a cabo. O primeiro deles, de ordem estrutural, é a globalização, que desconstrói fronteiras e rompe com os marcos referenciais dos indivíduos. Esse novo momento impõe desafios às instituições tradicionais como o Estado, que deixa de cumprir seu papel de ente regulador para a ordem social.

O papel de uma instância supranacional que pudesse fazer o intermédio entre o nacional, o local e global aparece como chave para questão. Entretanto, há uma lacuna entre esses diversos âmbitos, a despeito do papel do Parlamento Europeu, que busca maior representação dos interesses dos cidadãos e criação maior conexão com as instâncias europeias.

---

4 “UK Independence Party”, em inglês.

Há a percepção pela Comissão Europeia, especialmente após o resultado do referendo britânico e levante de alguns países membros da UE no mesmo sentido, de que o bloco, frente aos fluxos globais de financeirização e desregulamentação nos mais diversos níveis, tem se mostrado falho em atender aos desejos dos europeus de maneira mais abrangente, uma vez que “a novidade é que Bruxelas tem consciência de que os excessos dos últimos anos devem ser corrigidos: defende ‘dar forma’ à globalização, colocar-lhe rédeas” (EL PAÍS, 2017). Dessa forma, no 60º aniversário da UE, houve o lançamento de um dossiê que incentiva os 27 países membros a explicitar seus interesses para a construção do bloco que desejam.

Um ponto que foi amplamente debatido na ocasião do Brexit<sup>5</sup> e que será um grande desafio para a UE é a questão da migração, pois com o recebimento crescente de refugiados pela UE, com o apoio alemão, 74% dos europeus demonstraram desejar maior controle por parte das instituições supranacionais sobre o tema (EUROPA, 2016). A postura histórica do Reino Unido de manter certo distanciamento e autonomia somente se acentuou em um cenário de crise global e alto índice de desemprego, o que leva a antiga intolerância em relação ao outro reacender e ser o ponto de partida para um cenário de desconfiança em relação ao bloco como equalizador dos problemas de ordem interna.

Frente a um contexto adverso, a tendência de se voltar para o âmbito nacional e de tomar medidas de cunho protecionista se tornam comuns, ainda que não sejam a chave para a complexidade dos desafios existentes para a tomada de decisão na atualidade. Nos últimos anos, as crises financeiras e migratórias experimentadas pela UE somente trouxeram maior fragilidade a uma situação já muito delicada. Essas circunstâncias colocam em teste a capacidade de uma instância supranacional decidir por questões referentes ao cotidiano e às particularidades de cada um dos 27 países membros da UE e ser eficaz ao realizar essa tarefa.

Em tal cenário, os eurocéticos adquirem maior espaço político não só no Reino Unido, mas em diversos países membros do bloco. A busca por autonomia frente essa equação, ainda que mais simplista, em um primeiro momento aparece como melhor solução, visto que os benefícios da integração são, muitas vezes, de longo prazo e pouco percebidos pelo cidadão comum. A conclusão do processo da saída britânica será um dos maiores desafios enfrentados pela UE e definirá a capacidade de coesão e resiliência do bloco frente a movimentos centrífugos que estão em ascensão em toda a

---

5 Abreviação de “British exit”, em inglês.

Europa.

**Flavia Loss Araujo**

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP), E-mail: [flavialossaraujo@gmail.com](mailto:flavialossaraujo@gmail.com)

**Maria Luísa T. A. Leite**

Mestranda do Programa de Pós- Graduação em relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP). E-mail: [lutelarolli88@gmail.com](mailto:lutelarolli88@gmail.com)

## REFERÊNCIAS

A CRISE da migração e dos refugiados: as iniciativas do Parlamento Europeu. Parlamento Europeu, 08 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/20160824TST40022/20160707STO36236/a-crise-da-migracao-e-dos-refugiados-as-iniciativas-do-parlamento-europeu>> Acesso em: 14 de out. 2017.

DADDOW, Oliver. Margaret Thatcher, Tony Blair and the Eurosceptic Tradition in Britain. In: *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 15, p. 210-227, 2012.

FUNG, Brian. The British are frantically googling what is eu after voting to leave. *Washington Post*, 24 jun. 2016. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/the-switch/wp/2016/06/24/the-british-are-frantically-googling-what-the-eu-is-hours-after-voting-to-leave-it/?tid=sm\\_fb](https://www.washingtonpost.com/news/the-switch/wp/2016/06/24/the-british-are-frantically-googling-what-the-eu-is-hours-after-voting-to-leave-it/?tid=sm_fb)> Acesso: em 23 de jun. 2016

PÉREZ, Claudi. União Europeia reconhece problemas da globalização e propõe regras. *El País*, Bruxelas, 10 mai. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/09/internacional/1494352373\\_088740.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/09/internacional/1494352373_088740.html)> Acesso em: 14 de out. 2017.

PLEBISCITO revela Reino Unido (des)unido. *BBC Brasil*, 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36617121>> Acesso 23 de jun. 2016

RESULTADO britânico gera onda de pedidos por plebiscito em outros países. *G1*, 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/resultado-britanico-gera-onda-de-pedidos-por-plebiscitos-em-outros-paises-da-ue.html>> Acesso em: 23 de jun. 2016



## **ASEAN, BALANÇO E VISLUMBRE: PERSPECTIVAS DOURADAS PARA UM JUBILEU DE OURO?**

*Clarissa Correa Neto Ribeiro*

No último dia 8 de agosto, o bloco conhecido como ASEAN, a Associação de Nações do Sudeste Asiático, completou 50 anos de existência. Com características peculiares e um desenvolvimento regional independente, a ASEAN demonstra que as crises do regionalismo ao redor do mundo não chegaram à Ásia, propondo seu próprio caminho para a integração. Ainda assim, nem tudo é dourado neste jubileu e o presente texto busca elaborar um balanço entre a história de meio século da organização e suas perspectivas para o futuro.

Inicialmente, é preciso compreender o contexto político que envolveu a conformação deste espaço. Tal introdução se justifica pelo entendimento das fórmulas adotadas pelos países do Sudeste Asiático e que diferenciaram sua formação. A história da ASEAN tem suas origens em um período regional conflituoso, marcado pela Guerra Fria, e que, em seus primeiros anos vivenciou ainda os efeitos do pós-colonialismo, da expansão do comunismo, détente EUA e China, Guerra do Vietnã, e invasão do Camboja pelo Vietnã, dentre outros eventos (JETSCHKE; KATADA, 2016).

A busca pelo desenvolvimento neste contexto, portanto, influenciou diretamente na forma de proposição de um projeto regionalista no Sudeste Asiático. Originalmente cinco países, Filipinas, Tailândia, Indonésia, Malásia e Singapura se associaram através da Declaração de Bangkok em 1967, com fortes sentidos anticomunista e anti-imperialista, que objetivavam também o fortalecimento de sua independência diante do contexto regional com poderosos vizinhos como China, Japão e Coreia do Sul. Além disso, com exceção da Tailândia, é interessante destacar que todos os outros participantes acabavam de se tornar Estados independentes do colonialismo, o que justifica a necessidade de

defender a soberania, impressa na formação institucional da ASEAN, e a proposta de segurança coletiva, ainda na Guerra Fria (ASEAN, 50..., 2017).

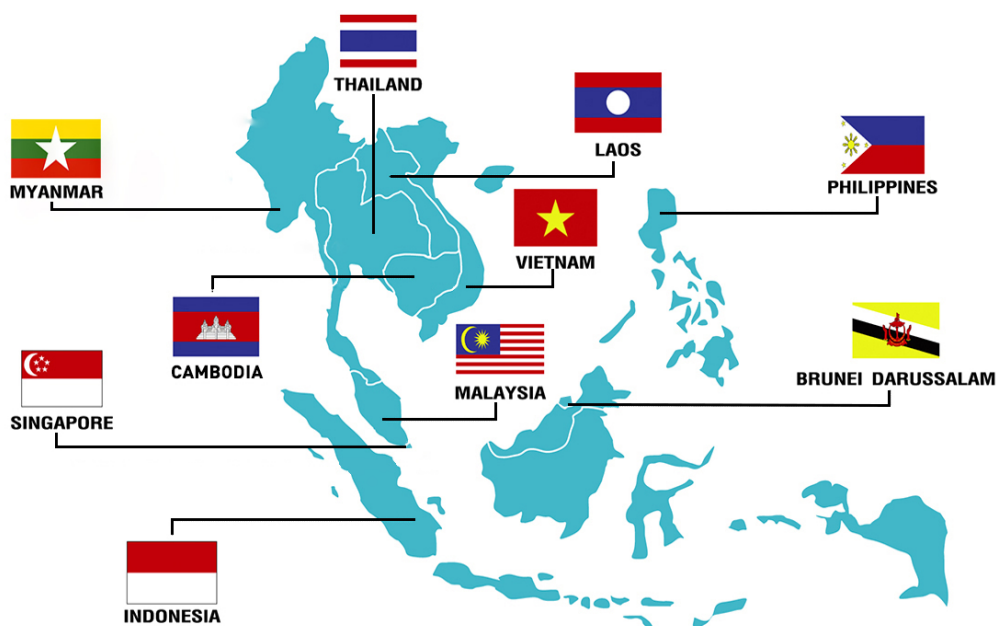
Tais sentidos são importantes para o estabelecimento da base normativa que guia o relacionamento dos países do bloco, conhecido como "ASEAN Way". Um dos principais fatores que governam esse relacionamento, portanto, é o princípio de não-intervenção. À diferença da iniciativa europeia e de outras regiões do mundo, o projeto do Sudeste Asiático não tinha perspectivas de criação de instituições supranacionais, trabalhando através do intergovernamentalismo, ou seja, da tomada de decisões concentrada entre os governos por consenso, para a construção de um espaço de paz e estabilidade na região.

Outro aspecto importante é o caráter econômico predominante que vigorou inicialmente na ASEAN, com a baixa institucionalização. O fortalecimento das relações econômico-comerciais tornou-se fundamental para que o baixo nível de formalidade adotado pelas instituições intergovernamentais fosse suplementado por um alto nível de regionalização das redes de produção asiáticas, que ajudaram a ligar a região através do comércio, mas também através de avançadas infraestrutura e comunicações, bem como a circulação de pessoas para a realização de negócios (JETSCHKE; KATADA, 2016).

Com o final da Guerra Fria e o fim da guerra entre Camboja e Vietnã (1975-1989), novos membros se apresentaram, com o ingresso de Brunei em 1984, Vietnã em 1995, Laos e Myanmar em 1997 e Camboja em 1999, completando os atuais dez membros do bloco. Desde então, o desenvolvimento único da ASEAN enquanto referência de projeto regional é notável e apresenta interessantes desdobramentos para o continente asiático.

Sob esse aspecto é interessante ressaltar como, na ausência de outras estruturas institucionais que conectassem os diferentes interesses ao seu redor, a ASEAN acabou tomando para si a responsabilidade, tornando-se um centro compartilhado para a institucionalização das demais relações. É a partir da ASEAN que surgem fóruns como ASEAN +3 (criado em 2001, com o objetivo de viabilizar o diálogo e cooperação do bloco com os vizinhos Japão; China e Coreia do Sul); East Asia Summit (criado em 2005, também conhecido como ASEAN+8, e que congrega, além dos países envolvidos nos fóruns anteriores, Rússia, EUA, Austrália, Índia e Nova Zelândia); e o Asean Regional Forum (criado em 1994, conta hoje com 27 membros: todo os países da ASEAN + 8, mais Bangladesh, Canadá, Coreia do Norte, Mongólia, Paquistão, Papua Nova Guiné, Sri Lanka, Timor Leste e a União Europeia).

Figura 1: Mapa de países da ASEAN



Fonte: Asia Education Foundation (AEF)

Além disso, outro aspecto relevante é a evolução da estrutura inicial restrita para abranger uma maior variedade de temas e objetivos, aprofundando o relacionamento entre os membros. A expansão gradual permitiu que a ASEAN pudesse estabelecer um cronograma para o seu desenvolvimento, fomentando as bases para iniciativas mais profundas em seu 40º aniversário, em 2007, como a Carta da ASEAN, documento que aporta regulação e framework institucional ao bloco, bem como o concede personalidade jurídica internacional; e a ASEAN Community, que compreende três pilares setoriais para a atuação do bloco: segurança (ASEAN Political-Security Community), econômico (ASEAN Economic Community) e social (ASEAN Socio-Cultural Community) (ASEAN, 2017). Conforme Oliveira Junior, (2016) para o ODR, a Carta estabelece em definitivo a institucionalidade e a normatividade do bloco, "transformando essas funções que ainda eram carentes de regras e clareza institucional em algo melhor acabado e com uma mais clara visão de seu funcionamento."

No entanto, nem tudo que brilha é ouro neste jubileu. A medida em que avança o processo, a ASEAN enfrenta uma série de desafios tanto entre seus membros, como em seus relacionamentos externos. Apesar da evolução das estruturas institucionais, o grande dinamismo do relacionamento dos países pressiona enormemente o bloco e sua forma de tomada de decisões, levantando questões sobre a capacidade de adaptação da instituição frente às novas conjunturas que se apresentam no mundo (THE NEXT..., 2017).

As assimetrias entre os países também se destacam na consideração do processo de integração das nações: o rendimento bruto per capita de Singapura chega a ser 50 vezes maior que o de Myanmar e Camboja, por exemplo<sup>1</sup>. Os gaps de desenvolvimento entre os países pedem, então uma maior capacidade de coordenar ações e convergir políticas.

O jornal Japan Times (ASEAN AT..., 2017) destaca também as dificuldades da ASEAN para lidar efetivamente contra problemas de caráter democrático e de direitos humanos, alegando que o bloco não foi capaz de tomar medidas concretas contra o golpe de Estado ocorrido na Tailândia em 2014; ou a perseguição do povo Rohingya, minoria muçulmana em Myanmar; ou mesmo a repressão violenta contra delitos relacionados a drogas realizada pelas Filipinas.

Em termos geográficos, a ASEAN tem ainda sua capacidade de concertação desafiada frente ao conflito territorial do Mar do Sul da China, onde os membros do bloco disputam soberania sobre territórios marítimos fundamentais, visto que se tratam, em sua maioria, de Estados insulares, como a potência asiática.

Desta forma, a negociação e a acomodação de interesses feito pelo bloco é cada vez mais necessária, principalmente se considerado que os EUA, que sempre desempenharam um papel importante na região de auxiliar no balanceamento de poderes com a China, se vê em um momento mais voltado para o seu cenário doméstico, a partir da administração Trump, conforme explicitam Castañeda e Barros neste volume.

Em suma, muitos são os desafios e possibilidades apresentados no cenário atual de incertezas frente a Ordem Internacional, como o vivenciado durante o ano de 2017. Inegavelmente, é, por si só, notável a trajetória de um bloco que completa 50 anos, principalmente partindo-se do contexto em que nasce a ASEAN e levando-se em consideração os muitos sucessos que a mesma conseguiu alcançar no relacionamento com os seus vizinhos.

A partir da análise de sua trajetória, torna-se perceptível o papel das instituições para a construção da confiança e da segurança regional como bases para a evolução de

---

<sup>1</sup> Cf. ASEAN AT the 50 year mark. The Japan Times. August 25, 2017. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/opinion/2017/08/25/editorials/asean-50-year-mark/#.WeTR3EyZMnU>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

um processo. Até mesmo pode-se perceber um pequeno distanciamento da política de não-intervenção inicial, a partir da proposta de adoção de características comunitárias. Tal evolução possibilita a compreensão de que cada vez mais a capacidade de diálogo e concertação são necessários para que o bloco se mantenha como instituição regional sólida por mais quantos 50 anos vierem, mas que precisa assumir que a não-interferência não deve ser percebida como indiferença (ASEAN, 50..., 2017), uma vez que os custos políticos envolvidos impediriam um engajamento mais substancial dos países membros.

**Clarissa Correa Neto Ribeiro**

Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas - Unesp, Unicamp, PUC-SP. Bolsista CAPES, realizou mobilidade acadêmica de mestrado pelo Programa de Escala de Pos Grado da AUGM junto a Universidad de la Republica (Uruguai). Graduada em Ciências do Estado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e do Observatório de Regionalismo (ODR). Interessada em pesquisas sobre regionalismo comparado, tem experiência de pesquisa com os projetos regionais latinoamericanos, com destaque para o MERCOSUL e a UNASUL. Atualmente, investiga a proliferação e a sobreposição de instituições regionais na América do Sul, África e Ásia. E-mail: clarissacnribeiro@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ASEAN. About ASEAN. Disponível em <<http://asean.org/asean/about-asean/>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

ASEAN, 50 years on. The Hindu. August 8, 2017. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/opinion/op-ed/asean-50-years-on/article19446112.ece>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

ASEAN AT the 50 year mark. The Japan Times. August 25, 2017. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/opinion/2017/08/25/editorials/asean-50-year-mark/#.WeTR3EyZMnU>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

JETSCHKE, A.; KATADA, S. Asia. In: In: Börzel, Tanja A.; Risse, Thomas (Eds.): The Oxford Handbook of Comparative Regionalism, Oxford: Oxford University Press, 225-248, 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, M. Uma introdução ao regionalismo asiático: a ASEAN. Observatório de Regionalismo. 13 de junho de 2016. Disponível em <<http://observatorio.repri.org/artigos/uma-introducao-ao-regionalismo-asiatico-a-asean/>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

THE NEXT 50 years of ASEAN. The Diplomat. August 01, 2017. Disponível em <<https://thediplomat.com/2017/07/the-next-50-years-of-asean/>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

---

Figura 1: [http://www.asiaeducation.edu.au/images/default-source/logos/all\\_country\\_flags\\_with\\_names\\_asean.jpg?sfvrsn=2](http://www.asiaeducation.edu.au/images/default-source/logos/all_country_flags_with_names_asean.jpg?sfvrsn=2)

## **“I AM COMING BACK HOME”: MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA MARROQUINA PARA O REGIONALISMO NA ÁFRICA**

*Clarissa Correa Neto Ribeiro*

O ano de 2017 vivenciou muitas incertezas no panorama do regionalismo. Diante de crises na Europa e na América Latina, o continente africano, por sua vez, apresenta desdobramentos históricos que diretamente influenciam na continuidade de seu projeto pan-regional. Um fato notável para este ano é o aceite do reingresso do Reino do Marrocos na União Africana, após aproximadamente 33 anos de sua retirada, fato que marca um redirecionamento da política externa do Reino para a região.

É preciso recordar a história para compreender as implicações desse fato para o bloco continental<sup>1</sup>. Em 1975, o território do Saara Ocidental, antiga colônia espanhola, foi ocupado pelo Marrocos e pela Mauritânia, após a firma de um Acordo Tripartite com Madrid. No entanto, a terra não era desabitada, e, em seu espaço, já existiam organizações separatistas como a Frente Polisário (Frente Popular de Liberación de Saguía el Hamra y Río de Oro), criada em 1973 para combater a ocupação e dominação do território. Assim, em 1976, o grupo clama por independência, proclamando a República Árabe Saharaui Democrática (SADR).

O desacordo com a independência da SADR levou a um violento conflito pelo território de cerca de 266.000 km<sup>2</sup> <sup>2</sup>. A Mauritânia desistiu de sua ocupação em 1979, assinando um acordo de paz. No entanto, o embate com o Marrocos só foi amenizado após

---

1 Sobre o assunto, conferir os textos escritos para o Observatório de Regionalismo: "A União Africana e a promoção da integração regional em tempos de crise" (RIBEIRO, 2016); e "Marrocos e União Africana: entre integração e desintegração regional" (RIBEIRO, 2017).

2 Cf. MORROCCO rejoins African Union after 33-year absence. Financial Times. Disponível em <<https://www.ft.com/content/6479ea72-e718-11e6-893c-082c54a7f539>> Acesso em 16 de outubro de 2017.



Figura 1: Mapa do Marrocos-Saara Ocidental



Fonte: *The Economist*

16 anos de guerra, através de um cessar-fogo, emitido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1991. Atualmente, o reconhecimento internacional da independência é parcial e, cerca de 75% do território, possuidor de recursos minerais, é controlado pelo governo monárquico marroquino (ver figura 1).

A tensão entre Marrocos e SADR também se dá a nível regional, uma vez que a opção marroquina por deixar a União Africana (UA, que se chamava Organização da Unidade Africana, à época), se deu em 1984, em protesto pelo bloco aceitar a admissão da SADR como membro pleno. O país não é reconhecido pela ONU, mas foi reconhecido pelo bloco e por diversos dos vizinhos regionais.

Em 2016, pela primeira vez em 32 anos, o Marrocos manifestou, através de uma mensagem enviada pelo rei Mohammed VI à 27ª Sessão da Assembleia Geral da UA, reunida entre os dias 10 e 18 de julho em Kigali, seu desejo de retornar ao posto de membro pleno do bloco. A notícia de um país há muito afastado interessado em retornar as atividades em uma organização com característica pan-regional, como a União Africana, que normalmente seria recebida como indício de fortalecimento do processo, no entanto, tornou-se motivo de atenção para os países membros, a fim de evitar rupturas provenientes do conflituoso passado apresentado.

Isso porque, a mensagem enviada por Mohammed VI do Marrocos à Assembleia Geral da UA destaca que pelo menos 34 países africanos não reconheceram o Saara Ocidental,

parte importante de seu reino, e pede que o bloco reconsidere sua decisão de reconhecimento, alegando já trabalhar em uma solução política sob a supervisão da ONU. Os líderes da República Árabe Saaraui Democrática, por sua vez, pedem pelo direito de autodeterminação dos povos, na busca pela concretização de um referendo para a confirmação da independência.

Após a carta enviada à Assembleia em julho, com a manifestação de interesse do Marrocos, o país desenvolveu intenso trabalho diplomático voltado para a região, conseguindo angariar o apoio de 28 países, que assinaram uma moção que saudava o interesse do país e pedia a suspensão da SADR, alegando que a mesma poderia pavimentar a resolução do conflito entre os países<sup>3</sup>.

Assim, o ano de 2017 na União Africana iniciou-se com a 28a Sessão da Assembleia Geral da UA, no mês de janeiro, em Addis Ababa, Etiópia, onde os Estados africanos votaram a favor da reinclusão do Marrocos como membro pleno. O país passou a ser então o 55o Estado do bloco, com votos favoráveis de 39 dos 54 países-membros<sup>4</sup>. No entanto, durante a votação, uma dezena de Estados, e importantes aliados regionais como a Argélia, país fronteiriço que abriga grande número de refugiados saauris e que desde o princípio apoiou a independência da SADR, e África do Sul, expressaram preocupações e reservas, tentando condicionar o retorno do Marrocos ao reconhecimento do Saara Ocidental, o que terminou sendo adiado para futuros debates do bloco.

Deve-se destacar a mudança no tom do discurso adotado pelo rei do Marrocos para a 28a Assembleia Geral, que se tornou bem mais brando em relação à reunião anterior. Em sua fala, o rei Mohammed VI proferiu frases como "Africa is my home and I am coming back home" e "I have missed you all", e afirmou ainda as necessidades mútuas de África e Marrocos, e que não pretende dividir o continente.

Diante deste retorno é preciso considerar os interesses de ambos os lados: enquanto a UA é um campo de negociações importante para a SADR, que reconhece a sua independência, além de concentrar aliados regionais importantes, como a Argélia e a África

---

3 CF. TWENTY-EIGHT African Nations Contest SADR Membership in African Union. The North Africa Post. July 19, 2016. Disponível em <<http://northafricapost.com/12981-twenty-eight-african-nations-contest-sadr-membership-african-union.html>> Acesso em 16 de outubro de 2016.

4 Cf. AFRICAN Union Readmits Morocco Three Decades After Withdrawal. Bloomberg. January 29, 2017. Disponível em <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-01-29/morocco-rejoining-african-union-seen-shaping-vote-for-new-leader>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

do Sul; as motivações marroquinas dividem os especialistas, entre os que creem que o Reino estaria disposto a minar, desde dentro, os planos de reconhecimento do Saara Ocidental, enfraquecendo sua legitimidade, e os que afirmam que essa inclusão seria uma oportunidade para trabalhar as fissuras do dividido norte da África<sup>5</sup>. A entrada na UA requer que o Marrocos reconheça fronteiras, fato que traz esperanças de que um dos piores conflitos territoriais africanos possa ser resolvido de forma pacífica, porém o reino não demonstra estar disposto a abrir mão do território, que por sua vez busca a concretização de um adiado referendo para a confirmação de sua independência, baseado no direito de autodeterminação dos povos.

Concomitantemente às repercussões futuras acerca do conflito sahuri-marroquino, há outro evento a ser destacado, uma vez que a mudança nos interesses expressos pela Política Externa do Marrocos para a África marcou-se também em 2017 pelo pedido de ingresso ao bloco subregional ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental), uma das comunidades econômicas regionais pilares da UA. O pedido ocorreu em junho, durante a cúpula realizada pela ECOWAS em Monrovia na Libéria, e, ainda que em um primeiro momento tal pedido tenha sido aceito, dividiu opiniões acerca das possibilidades reais de ingresso.

Um dos países que apresenta maiores resistências à entrada do Marrocos e que tem sofrido pressões de lobbys internos<sup>6</sup> para ser contrário à inclusão é a Nigéria. O país do oeste da África, maior poder da subregião, poderia ter sua influência ameaçada diante do ingresso marroquino. Outro fator de descontentamento é o reconhecimento nigeriano à SADR como nação e o consequente não compartilhamento da visão marroquina no conflito.

Também geram preocupação os acordos econômicos que o Marrocos mantém com a União Europeia, que poderiam gerar um grande ingresso de produtos europeus no bloco do oeste africano, o que consterna os produtores da região (KEEP..., 2017). Além disso,

---

5 Uma reportagem da agência de notícias Reuters destaca ainda os interesses econômicos envolvidos, e como, nos últimos anos, o Marrocos vem fazendo significantes investimentos na África, desde aportes financeiros a fertilizantes de plantas. Cf. In tilt from Europe, Morocco rejoins African Union. Reuters. January 31, 2017. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-africa-summit-morocco/in-tilt-from-europe-morocco-rejoins-african-union-idUSKBN15F18Z?il=0>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

6 Diversas fontes de notícias apontavam os interesses dos grupos nigerianos. Sobre o assunto, conferir: EX-DIPLOMATS protest inclusion of Morocco in ECOWAS. The Guardian Nigeria. August 29, 2017. Disponível em <<https://guardian.ng/news/ex-diplomats-protest-inclusion-of-morocco-in-ecowas/>> Acesso em 16 de outubro de 2017; e KEEP Morocco out of ECOWAS. Vanguard. September 25, 2017. Disponível em <<https://www.vanguardngr.com/2017/09/keep-morocco-ecowas/>> Acesso em 16 de outubro de 2016

Figura 1: Mapa: ECOWAS - Marrocos



Fonte: BBC

entre os que discordam da adesão do Reino, estão os que destacam que o país, na verdade, faz parte do Norte da África, e não do Oeste, não possuindo fronteiras com nenhum dos membros, como pode ser visto na figura 2.

No entanto, nenhuma decisão foi tomada, com os países prometendo estudar as ramificações técnicas. Segundo reportagem da BBC (ECOWAS..., 2017), tanto o Marrocos, quanto a Mauritânia, que quer reingressar no ECOWAS, quanto a Tunísia, que deseja se tornar membro observador, serão convidadas para a próxima reunião de Chefes de Estado do bloco para negociar.

Considerados todos os eventos ocorridos em 2017, é possível afirmar a complexidade das relações envolvidas no cenário regional africano e o não esgotamento no presente trabalho das peculiaridades envolvidas no processo. Ainda assim, enquanto a reaproximação do Marrocos aos seus vizinhos regionais e a nova guinada do interesse do Reino indicam um momento favorável para a integração do continente, algumas antigas disputas persistem para a consolidação das relações.

Ainda é cedo para afirmar quais serão os efeitos das políticas desenvolvidas pelo Marrocos no seio da UA, porém é provável que impulsionem debates acerca da legitimidade da SADR, que apresentarão a necessidade de que o bloco trabalhe no gerenciamento das demandas políticas sem comprometer a sua unidade. A consideração das assimetrias e da vontade política dos participantes também é elemento chave para que se possa proceder ao aprofundamento de laços regionais.

No que diz respeito ao futuro da ECOWAS, devido a forte influência exercida pela Nigéria nas negociações, também não se pode afirmar de imediato se o Marrocos chegará a ser incluído como membro. O fato mesmo, no momento, é de que o Marrocos está de volta à África e pretende encontrar novas formas de se relacionar.

**Clarissa Correa Neto Ribeiro**

Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas - Unesp, Unicamp, PUC-SP. Bolsista CAPES, realizou mobilidade acadêmica de mestrado pelo Programa de Escala de Pos Grado da AUGM junto a Universidad de la Republica (Uruguai). Graduada em Ciências do Estado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e do Observatório de Regionalismo (ODR). Interessada em pesquisas sobre regionalismo comparado, tem experiência de pesquisa com os projetos regionais latinoamericanos, com destaque para o MERCOSUL e a UNASUL. Atualmente, investiga a proliferação e a sobreposição de instituições regionais na América do Sul, África e Ásia. E-mail: clarissacnribeiro@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ECOWAS agrees to admit Morocco to West African body. BBC. June 5 2017. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/world-africa-40158089>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

KEEP Morocco out of ECOWAS. Vanguard. September 25, 2017. Disponível em <<https://www.vanguardngr.com/2017/09/keep-morocco-ecowas/>> Acesso em 16 de outubro de 2016

RIBEIRO, C. A União Africana e a promoção da integração regional em tempos de crise. Observatório de Regionalismo. 25 de julho de 2016. Disponível em <<http://observatorio.repri.org/artigos/a-uniao-africana-e-a-promocao-da-integracao-regional-em-tempos-de-crise/>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. Marrocos e União Africana: entre integração e desintegração regional. Observatório de Regionalismo. 27 de março de 2017. Disponível em <<http://observatorio.repri.org/artigos/marrocos-e-uniao-africana-entre-integracao-e-desintegracao-regional/>> Acesso em 16 de outubro de 2017.

---

Figura 1: <http://www.economist.com/node/21561963/>

Figura 2: <http://www.bbc.com/news/world-africa-40158089>

